

SOCIEDADE HISTÓRICA



DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

# Boletim Informativo

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO VIII • N.º 105 • NOVEMBRO 1994 • PREÇO: 200\$00





## DESCOBRE A INOVAÇÃO INERCIAL

A essência de fabrico está na base do sistema inercial.

Uma singular técnica de funcionamento com a cabeça de culatra rotativa que garante a máxima segurança.

Um cuidado especial na escolha dos aços — o inimitável cut-off, a dupla segurança, a variação de queda da coronha e mecânica garantida por 3 anos.

Características revolucionárias para armas lendárias.



**Benelli**  
SEMPRE NA VANGUARDA

Representante Exclusivo



ESPINGARDARIA BELGA

Praça da Figueira, 1-M  
Rua dos Correeiros, 224 - 1.º — Lisboa  
Tel.: 346 60 38 - 342 43 86 — Fax: 346 10 14

Distribuída nos bons armeiros do País

# PONTO DE REFLEXÃO

Mas este país já esteve outras vezes no fundo.

Já foi invadido, já foi ocupado, já foi humilhado, já foi traído — e sempre encontrou energias para se refazer...

Ferido de morte em Alcácer-Kibir, abatido e constrangido pela Inquisição, ocupado durante sessenta anos pela Espanha, espoliado por esta da sua armada e, abatida a energia nacional, de alguma das suas colónias mais preciosas, invadido pelos franceses, submetido economicamente pela Inglaterra, dividido pelo sangue e pelo ódio de uma guerra civil desgastante, sucessivamente devorado por períodos de parlamento demográfico e estéril, sempre seguidos de épocas de ditadura entorpecente, a verdade é que Portugal resistiu sempre e, como Fenix, foi capaz de renascer das cinzas.

A hora é grave, mas não deve ser de desespero. É certo que os perigos são muitos e que a ameaça não pode ser ocultada. Sabe-se que de crise em crise, de repto em repto, a resistência moral de uma nação vai enfraquecendo.

Contudo também não podemos menosprezar as reservas morais do nosso povo — sempre muito melhor do que as suas élites e do que a sua classe dirigente.

A consolidar-se, a não ser pervertida, a dar oportunidade e voz ao espírito da nossa pátria e da nossa cultura, a democracia poderá realmente tornar-se no regime superativo da obstinada cisão histórica que tradicionalmente nos vem lançado uns contra os outros, destruindo pouco a pouco a nação.

Mas fique bem vincado que não é possível construir uma verdadeira democracia em Portugal que não seja uma democracia portuguesa, isto é, que não se fundamente em portugueses que como tal se assumam com todas as consequências, decididos a transformar a originalidade e o valor potenciais deste povo antigo e generoso em capacidade de iniciativa, em força de realização, em trabalho criador, em pensamento libertador e universal.

(António Quadros — *A Arte de Continuar Português* — Edições do Templo — 1978)

## FICHA TÉCNICA

Fundador: Mestre Dr. Carlos Vieira da Rocha  
Director: General Manuel F. Thoméu Braga

## Conselho Editorial

Secretário: Alberto Reis  
Consultor iconográfico e documental: Dr. Manuel A. Ribeiro Rodrigues  
Publicidade e marketing gráfico: Jorge Rodrigues

Propriedade:

SHIP

Impressão:

Minigráfica, CRL  
Rua da Alegría, 30  
1200 LISBOA

Sede e Redacção:

Palácio da Independência,  
Largo de S. Domingos, 11  
1100 LISBOA

Inscrição no SRIP: 114543

Teléf.: 342 89 87, 346 21 67

Depósito Legal n.º 36048/90  
ISSN 9872-2005

Fax: 346 07 54

Tiragem média: 5000 Ex.

## ILUSTRAÇÃO DA CAPA:

PRAÇA DA FIGUEIRA

## ILUSTRAÇÃO DA CONTRACAPA:

MERCADO DA PRAÇA DA FIGUEIRA

## CONVERSAS DE FIM DE TARDE

Recomeçámos estas «Conversas» no dia 27 de Outubro, às 17,30h., tendo sido palestrante o Sr. Eng. Armando da Palma Carlos, que voltou ao tema Duarte Pacheco, mas com o subtítulo «Memórias hidráulicas». Em 3 de Novembro o Sr. Almirante Almeida Brandão falou sobre «A Conquista de Tunis por Carlos V e a participação portuguesa», e em 10 deste mês o Sr. Eng. Costa Macedo abordará o tema «General Pereira d'Eça — Herói das Campanhas Africanas».

## VIAGEM AO BRASIL

Como temos anunciado nos anteriores números a SHIP vai ao Brasil, de 20 de Novembro a 12 de Dezembro. E, nesse portentoso País, celebraremos a gloriosa data do 1.º de Dezembro, associando-nos às cerimónias que a nossa Delegação em S. Paulo — a Academia Lusiada de Ciências, Letras e Artes —, leva a efeito. Como nos acompanha na viagem o nosso Vice-Presidente Dr. José Valle de Figueiredo, será ele que fará a conferência habitual alusiva à efeméride. E, após a Conferência, a Colónia Portuguesa em S. Paulo oferece-nos uma recepção que, pensamos, constituirá um momento altíssimo da nossa estada naquela cidade.

Para que pudessemos estar em S. Paulo no dia 1 de Dezembro houve que modificar o programa inicial: iremos a Belo Horizonte depois de S. Paulo e não antes, como se previra. De resto, a alteração consta do novo programa já enviado aos interessados.

No dia 11/11 contamos com a presença de todos os inscritos na viagem, aqui na SHIP, às 17,00 horas, a fim de lhes oferecermos um pequeno trabalho que elaborámos sobre o Brasil e respondermos às perguntas que porventura quiseram fazer, esclarecendo dúvidas, recebendo sugestões, etc.

Não falte a esta importante reunião!

## JANTAR DE GALA

Acabou-se o jantar de Gala. Já não haverá flores, nem perfumes, nem gente bem vestida. Nem convívio com pessoas de extractos sociais diferentes, nem música, nem angariação de fundos para o futuro Museu da SHIP. Nem se cumprirá o previsto no programa de actividades para 1994.

Dificuldades surgidas à última hora, impedem a realização do jantar, pelo que este fica anulado. As nossas sinceras desculpas às dezenas de sócios que se inscreveram, na expectativa de uma brilhante realização da SHIP.

Não haverá mais jantar de Gala. Ponto final.

## ACTIVIDADES DESPORTIVAS

Recomeçaram as actividades desportivas da SHIP, destinadas a sócios e seus descendentes, nas modalidades de esgrima e tiro e, este ano, acrescidas dos denominados «Jogos de Simulação Histórica».

O horário de funcionamento é o seguinte:

Esgrima — 2.ª e 4.ª feiras, das 16,00 às 18,00 h.

Tiro — 5.ª e 6.ª feiras, das 18,00 às 20,00 h.

Jogos de Simulação Histórica — Todos os dias, das 16,00 às 20,00 h.

Para qualquer destas actividades, que recomeçaram no passado mês de Outubro, ainda estão abertas as inscrições.

## NÚCLEO FEMININO

Realizou-se no passado dia 28 de Outubro uma reunião das senhoras que mais activamente participam nas realizações do Núcleo Feminino, a fim de tomarem conhecimento do programa para 1994/1995 e darem as suas opiniões e sugestões. A reunião que decorreu em nova sala, atribuída ao Núcleo Feminino, decorreu da melhor maneira, exprimindo as senhoras a sua grande satisfação por, finalmente, terem instalações próprias.

Entre as diversas resoluções tomadas ficou assente as aulas de culinária recomeçarem no dia 10 de Novembro e em todas as 5.ª feiras seguintes, funcionando em 2 turnos: o 1.º, das 10,00 h às 12,00 h; e o 2.º turno, das 15,00 h às 17,00 h.

## CERIMÓNIAS COMEMORATIVAS DO 1.º DE DEZEMBRO

Como é nossa obrigação, a SHIP vai comemorar a data do 1.º de Dezembro, levando a efeito as cerimónias habituais. A conferência deste ano, em 30 de Novembro, será proferida pela Doutora Maria do Rosário Themudo Barata que versará o tema «A Batalha do Montijo». No dia imediato as solenidades iniciar-se-ão junto ao Monumento dos Restauradores segundo o esquema instituído há anos; seguir-se-á a assinatura do Livro de Honra da SHIP no nosso Salão Nobre, sessão que será este ano presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia da República. As cerimónias terão o seu fecho com a tradicional Missa solene na Sé de Lisboa.

## V COLÓQUIO DAS JORNADAS DE HISTÓRIA MILITAR

Promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar, a que preside o General Themudo Barata, realizou-se de 24 a 26 de Outubro o V Colóquio, subordinado ao tema "Do Infante a Tordesilhas".

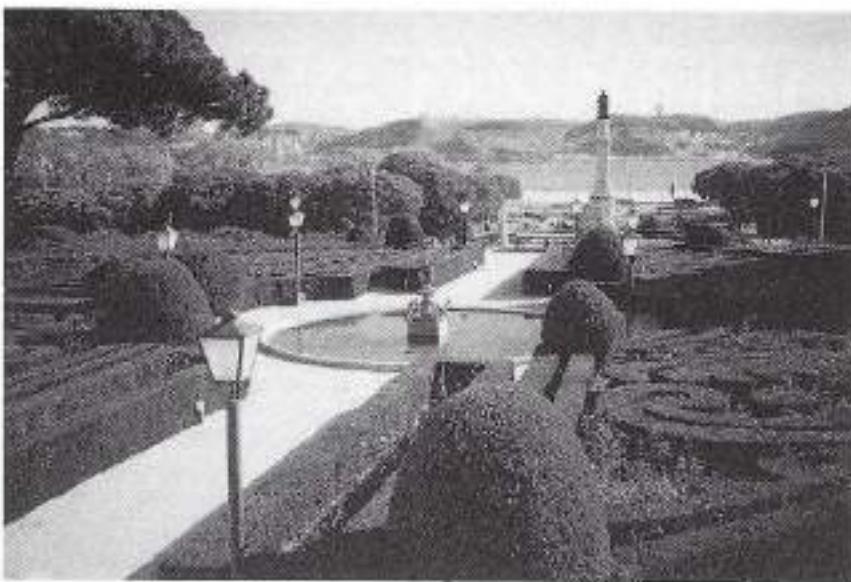
A sessão inaugural presidiu S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro da Defesa Nacional, tendo sido oradores o General Themudo Barata, o Prof. Doutor Veríssimo Serrão, o Prof. Lovir Roulet e o Ministro da Defesa. As sessões de trabalho iniciaram-se às 11,15 desse mesmo dia 24, tendo sido apresentadas comunicações pelos Srs. Coronel Sousa Lobo, Coronel Carlos Gomes Bessa, Dr. Filipe Themudo Barata, Comandante Dino Gozza, Comandante Estácio dos Reis, Ten. Coronel Alves Fraga, Prof<sup>a</sup>. Doutora Madeira Santos, Coronel Rosas Leitão, Prof. Doutor António José Telo, Dr. Humberto Nunes de Oliveira, Coronel Macedo Carvalho, Comandante Gomes Pedrosa, Mestre António Mateus Alves, Dr. Contente Domingues, General Cruz Curado e o Prof. Doutor Dias Farinha.

As 11,00 h do dia 26 procedeu-se ao encerramento do colóquio em sessão presidida por S. Ex<sup>a</sup> o Sub-secretário de Estado da Cultura, Dr. Manuel Frexes.

## VISITA AO PALÁCIO DE BELÉM

Conforme estava previsto, realizou-se em 15 de Outubro p.p., sábado, a visita ao Palácio de Belém do 1.º grupo de 30 sócios inscritos. Todos os associados e acompanhantes vieram encantados com a visita, que foi conduzida pelo Sr. João Casteleiro funcionário da Presidência da República.

Vai demorar ainda bastante tempo até que se esgotem as inscrições existentes para esta visita, dado só poderem entrar de cada vez, 30 pessoas. E temos ainda, em lista de espera, mais de 130 inscritos! A SHIP, na impossibilidade de saber, com a desejada antecedência, os sábados disponíveis para essas visitas, apenas poderá avisar por telefone os interessados logo que a P.R. nos comunique essa disponibilidade.



Os jardins do Palácio



Grupo de visitantes da SHIP



# CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS, S.A.

GRUPO **TOTTA**

## EXPOSIÇÕES NO PISO 0 DO PALÁCIO



— De 6 a 14 de Outubro, o Palácio da Independência acolheu o «2.º Salão Os Bons Velhos Tempos».

Tratou-se de uma iniciativa do programa «Os Bons Velhos Tempos» da Rádio Renascença.

O Objectivo deste Salão foi fazer o retrato o mais fiel possível da década de 50. Uma década que, por muitos motivos, vale a pena recordar.

Porque para trás ficava definitivamente, o espectro do 2.º Grande Conflito Mundial.

A Europa, e o mundo de uma forma geral, levantava a cabeça dos escombros.

O Plano Marshall já estava a produzir os seus primeiros frutos.

Agora, era tempo de recuperar as forças, de reconstruir e nada melhor do que a entrada de uma nova década. Era uma espécie de virar de página.

Os anos 50 iam ficar marcados pelo inicio da conquista do espaço.

Pelo princípio do fim da segregação racial nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo vários países europeus faziam os primeiros dias da União Europeia ao criarem a comunidade do Carvão e do Aço.

Paris ia converter-se na capital da moda. Era lá que trabalhavam Christian Dior e Jacques Fath.

Elvis Presley e Marilyn Monroe actuavam, cantavam e encantavam as multidões.

James Dean, vivia depressa e morria jovem... mas era o ídolo de uma geração... rebelde sem causa.

Grace Kelly, passava como um sonho pelo grande ecrã, para se

transformar numa verdadeira princesa: Um conto de fadas que encantou um mundo.

Edmund Hillary e Tenzing Norkay haviam de atingir o tecto do mundo, ao porém os pés no topo do Everest.

Em Portugal, era inaugurado o primeiro troço do metropolitano.

A televisão dava os seus primeiros passos.

O Monumental abria as suas portas ao público lisboeta, enquanto o teatro Apolo deixava cair a cortina sobre a boca de cena.

Políticos e artistas de renome internacional visitavam o nosso país em busca do sol e de fama: Maria Callas, Winston Churchill, a rainha Isabel II da Inglaterra, tudo aconteceu na mesma década.

Neste Salão, o programa «Os Bons Velhos Tempos» contou com o apoio de instituições de prestígio: «O Museu da RTP», «O Diário de Notícias», «A Valentim de Carvalho», «O Museu Nacional do Teatro», «Museu do Traje», «Museu do Ar», «Museu do Desporto», e «Caixa Geral de Depósitos». Todas estas instituições trouxeram ao espaço de exposições do Palácio da Independência objectos que nos permitiram retratar com perfeição cada uma destas áreas na década de 50.

O «2.º Salão Os Bons Velhos Tempos», tinha as suas portas abertas ao público entre as 15 e as 20

horas. E durante os 7 dias que durou a exposição visitaram aquele espaço cerca de 2000 pessoas.

Entre a 18 e as 19, verdadeiros especialistas nas diversas áreas estiveram no «2.º Salão Os Bons Velhos Tempos», para uma conversa informal: o Dr. Vitor Pavão dos Santos, director do Museu Nacional do Teatro; o Dr. Mário Correia, conservador do Museu do Ar; a Dra. Madalena Brás Teixeira, directora do Museu do Traje; o Prof. Moniz Pereira, grande nome do Desporto nacional; e Lauro António especialista em cinema.

Personalidades que trouxeram ao «2.º Salão Os Bons Velhos Tempos» muitos motivos de interesse. Por isso, as conversas prolongaram-se muito para além do tempo previsto devido ao enorme interesse que provocaram nos visitantes, todos eles participantes activos nestas palestras.

Foi assim, o «2.º Salão Os Bons Velhos Tempos». De 6 a 14 de Outubro, no espaço de exposições do Palácio da Independência, pertença da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

*Elisabete Costa*

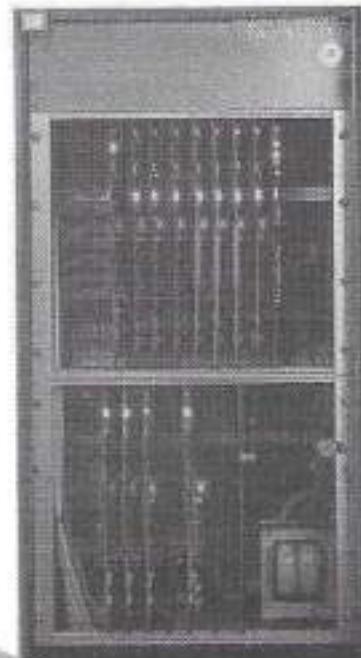
— da pintora D. Maria Gabriela Figueira Leônidas, de 20 a 31 de Outubro.



Equipa do programa os «Bons Velhos Tempos». Da esquerda para a direita: Mariana Marques Vidal, António Freire e Elisabete Costa

# INTERCONNECT

O MELHOR  
SISTEMA  
TELEFÓNICO  
AO SEU  
DISPOR



A consola de operadora  
é o centro do sistema.



## A GAMA INTERCONNECT 200

O Interconnect 200 é constituído por uma gama de equipamentos, cobrindo de 12 a 168 portos. A característica chave desta gama é o conjunto de partes e funções de todos os produtos. Isto quer dizer que, se começar com o pequeno sistema de 12 portos, pode beneficiar das mesmas vantagens, aspectos e facilidades que os sistemas de maior capacidade. Estes factores são conseguidos sem mudar qualquer modo de utilização do sistema, não sendo portanto necessário treinar operadora e utilizadores.



**MITEL**

SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA

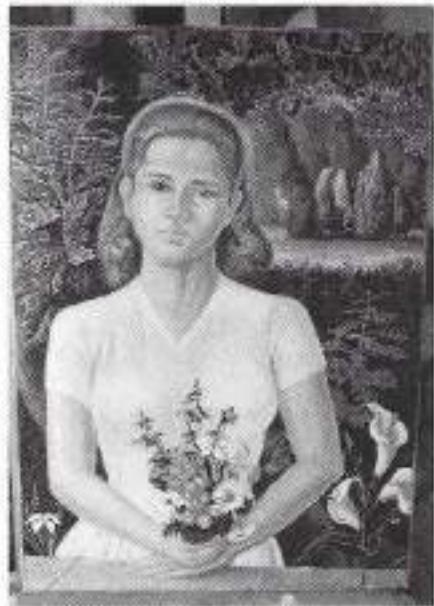
Garfimia da Jerónimo Ferreira & Filhos

R. do Telhal, 4.º 2º Esq. - 1100 LISBOA • Telets. 346 31 97 / 346 84 40 • Fax. 347 73 67

Esta notável artista reparte o seu trabalho pela aguarela, óleo, sanguínea, lápis, etc. Desta exposição retrospectiva, que abrangeu um dilatado período de 50 anos de actividade, destaca-se o retrato, de que é exímia executante. Todos os trabalhos expostos revelaram uma extraordinária técnica e inegável beleza parecendo impossível não vermos as suas obras mais divulgadas.

Logo na abertura da exposição acorreram a visitá-la mais de 200 pessoas, entre convidados e curiosos que acudiram ao abrir das portas. E durante os restantes dias, sem anúncios da imprensa nem notícias na televisão, houve uma média diária de mais de 50 visitantes.

A SHIP congratula-se por ter dado total apoio a esta exposição de pintura, pela qualidade dos trabalhos expostos e pelo consequente prestígio que trouxe à nossa Galeria de Exposições.



## OFERTAS DE LIVROS

Continuamos a receber dos nossos sócios e, também, de diversas entidades, livros para a biblioteca da SHIP, que muito a valorizam e actualizam. Ao registar aqui essa oferta não podemos deixar de agradecer, penhorados, o não se esquecerem da Sociedade Histórica. Muito obrigado, portanto.

Oferta: Exmo. Sr. Dr. Teixeira Homem  
Obra: «Tratado de Tordesilhas» (fotocópia)  
Oferta: Instituto de Defesa Nacional  
Obra: «A Nação e as questões de Segurança e Defesa — inquérito à opinião pública 1993»  
Oferta: Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar Revistas n.º 115 e 116 do ano de 1994  
Oferta: Estado Maior do Exército  
Obra: «Pirataria e Corso no litoral brasileiro no Reinado de D. João III»  
Oferta: Sociedade de Geografia de Lisboa  
Obra: «O Mundo Lusofono»  
Compra: «El Nacionalismo Ibérico» de José António Rocomora  
Permuta: C/ Instituto de Investigação Científica Tropical  
Obras: Boletim da Filmoteca vols. 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10 a 18, 20 a 50  
Studia, vol. 40  
Gavetas da Torre do Tombo, vols. 4 a 12  
Angolana, vol. 1 e 2  
Certeiro da Filmoteca

Cat. Manuscritos de Macau, vols. 1, 3, 4, 5, 7 e 8  
Doc. Ultr. Português, vols. 1 a 8  
Revista Inter. Est. Agric., vols. 1 a 13  
Barcos de Pesca (sep. CEHCA, n.º 138)  
Ainda em torno da conquista de Ceuta (sep. CEHCA, n.º 182)  
Inst. Investigação Científico Tropical  
Obras: História de Mazagão  
Informática e Museus

## NOVOS SÓCIOS

- 4211 — Prof. Maria Adelaide Domingues Pereira Marques Dias Campos  
4212 — Domingos Lopes Ribeiro  
4213 — Coronel Luiz Paulo Maceio Carvalho  
4214 — D. Beatriz Fernanda Padilha Coutinho Magalhães Meneses  
4215 — Prof. Jacques Robert Bergé Bourbon  
4216 — Dr. Maria Emilia Alvelos Naar  
4217 — Vice-Almirante José Manuel Correia Mendes Rebelo  
4218 — Dr. Antónia Francisca Franco Borges de Figueiredo Sant'Anna  
4219 — Dr. Maria Helena Matos Pereira  
4220 — Ana Francisca Ribeiro Ferreira Neto  
4221 — Engenheiro Luis Pereira da Silva  
4222 — Comandante Rui Mourão Cordeiro de Castro

## SERTECTEMPO

Serviços Técnicos Temporários, Lda.  
Sócio Fundador na A.P.E.I.: número 1417  
TRABALHO TEMPORÁRIO  
MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA  
METALOMEÇANICA  
FÁBRIC  
CONSTRUÇÃO CIVIL  
ELECTRÓNICA  
ADMINISTRATIVA  
SELEÇÃO DE PESSOAL  
ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
SEDE: Quarteira das Flores, lot. 18, nº 109 - 8500 Faro  
Tel. 266 76 - 266 78  
Fax 266 10  
2501 VILA FRANCA DE XIRA COIMBRA

## CEDETEMPO

Empresa de Construções e Empreitadas, Lda.  
CONSTRUÇÃO CIVIL  
EMPREITADAS PÚBLICAS E PARTICULARES  
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS  
METALOMEÇANICA  
FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA  
Sede: Quarteira das Flores, lot. 18, nº 109 - 8500 Faro  
Tel. 266 79 - 25 544 - Ap. 117 - 77  
Fax 266 440  
2501 VILA FRANCA DE XIRA COIMBRA

## ZÉLITEMPO

Gabinete de Estudos e Contabilidade, Lda.  
GABINETE DE CONTABILIDADE  
SERVIÇOS INFORMATIZADOS  
PROCESSAMENTO DE SALARIOS  
PAGAMENTO DE INSS/CSG  
GESTÃO DE EMPRESAS E ESCORTAS  
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAS  
ESPECIALIDADES: ESTUDOS ECONÔMICOS E AUDITORES  
Sede: Quarteira das Flores, lot. 18, nº 109 - 8500 Faro  
Tel. 266 80 - Ap. 117 - 77  
Fax 266 440  
2501 VILA FRANCA DE XIRA COIMBRA

## VISITA A LISBOA COM OS DOIS JOVENS JAPONESES

No penúltimo Boletim noticiámos a visita a Portugal destes dois estudantes japoneses, que a SHIP recebeu durante 2 dias a solicitação do Adido Cultural da nossa Embaixada em Tóquio. Não demos, contudo, o programa pormenorizado que elas cumpriram, acompanhados pela Dra. Paula Santos. Para que conste, aqui o registamos.

### DIA 18 DE JULHO

10.00 — Apresentação e uma breve conversa com o elemento da fundação Moa.

11.00 — Visita à Baixa Pombalina;

Subida pelo elevador de Santa Justa

Travessia do Rio Tejo de cais do Cacilheiro

13.00 — Almoço na Cooperativa Militar

15.00 — Visita à zona histórica das Amoreiras

Ida ao Centro Comercial das Amoreiras

19.00 — Jantar na Cooperativa Militar

### DIA 19 DE JULHO

10.00 — Local de encontro — Sociedade Histórica da Independência de Portugal

10.30 — Pequeno Almoço

11.00 — Visita de Eléctrico à zona Norte de Lisboa

13.00 — Almoço

15.00 — Visita à zona ribeirinha; Museu dos Jerónimos, Torre de Belém, Centro Cultural de Belém

17.00 — Ida a Cascais

Breve visita à Vila de Cascais

18.30 — Regresso a Lisboa

19.30 — Jantar oferecido pela Fundação Moa

## AS ACTIVIDADES DA S.H.I.P. TÉM O APOIO DOS SEUS SÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

— ANA — AEROPORTOS E NAVEGAÇÃO AÉREA, EP.

— BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

— BANCO TOTTA E AÇORES

- BERGANA, GOMES & ALONSO, LDA
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
- COLEÇÕES PHILAE, S.A.
- COMPANHIA PORTUGUESA RÁDIO MARCONI, S.A.
- COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO, S.A.
- CPP — COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS — GRUPO TOTTA
- CTT — CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
- EID — EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ELECTRÓNICA, S.A.
- EPAC — EMPRESA PARA AGROALIMENTAÇÃO E CEREAIS, S.A.
- FOC ESCOLAR — MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO PARA ESCOLAS, S.A.
- FLAD — FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO
- FUNDAÇÃO MACAU
- FUNDAÇÃO ORIENTE
- IMPRENSA NACIONAL — CASA DA MOEDA, EP.
- INETI — INSTITUTO NACIONAL DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA INDUSTRIAL
- OGMA — INDÚSTRIA AERONÁUTICA DE PORTUGAL
- RN — RODOVIÁRIA NACIONAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
- SACOR MARÍTIMA, S.A.
- V. A. GRUPO-VISTA ALEGRE PARTICIPAÇÕES S.A.

## AO SERVIÇO DA AERONÁUTICA DESDE 1918



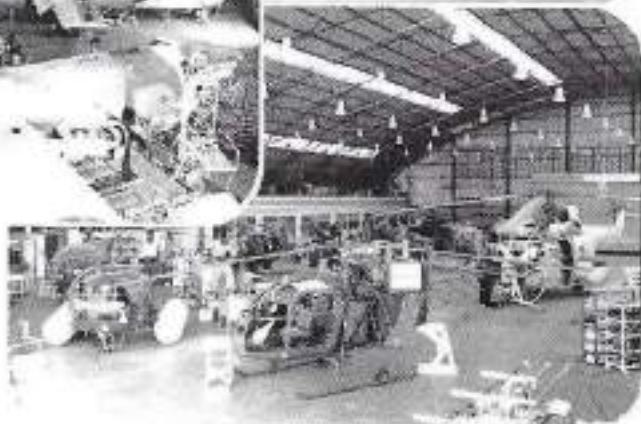
FABRICAÇÃO  
DE COMPONENTES



DIAGNÓSTICO E REPARAÇÃO  
DE AVARIAS EM EQUIPAMENTOS  
ELECTRÓNICOS UTILIZANDO  
ESTAÇÕES DE TESTE AUTOMÁTICO (ATS)



REPARAÇÃO  
DE SISTEMAS HIDRÁULICOS,  
PNEUMÁTICOS E DE COMBUSTÍVEL



PUMA + HERCULES



INDÚSTRIA AERONÁUTICA DE PORTUGAL, S.A.  
2615 ALVERCA \* PORTUGAL

TEL (01) 9581000

TELEX 14479 OGMA P

TELEFAX (01) 9581288



Sociedade Histórica  
da  
Independência de Portugal  
1º de Dezembro de 1994

C O N V I T E

A Direcção Central tem o prazer de convidar os Exmos. Sócios, seus familiares e Amigos, para as celebrações da Restauração da Independência em 1640, que se realizarão conforme o programa que se segue:

DIA 30 DE NOVEMBRO, NO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA:

18h00 - SALÃO NOBRE:

Sessão Solene, sendo conferencista a Exma. Senhora Professora Doutora Maria do Rosário Themudo Barata Azevedo Cruz, que evocará os 450 Anos da Batalha do Montijo.

DIA 1 DE DEZEMBRO:

10h00 - JUNTO AO MONUMENTO DOS RESTAURADORES:

Cerimónia de homenagem aos Heróis da Restauração.

11h00 - NO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA:

Solene assinatura do Lírio de Honra, por Altas Entidades Civis e Militares, e lançamento do Selo Comemorativo do 450º Aniversário da Batalha de Montijo.

12h30 - NA SÉ PATRIARCAL DE LISBOA:

Missa Solene de Ação de Graças, presidida por Alta Entidade Eclesiástica.

## CONCERTOS CORAIS



Concerto do Coral «Stella Vitae» em 28/10/94. O Grupo Coral nas escadarias do Palácio. Na 1.ª fila ao centro o maestro

### Ciclo «Concertos da última sexta-feira de cada mês»

Realizou-se em 28 de Outubro, às 18h30, o segundo Concerto da Temporada 1994/95.

Tivemos connosco o Coral Stella Vitae dirigido pelo Maestro Dr. Joaquim Gonçalves.

Trata-se de um coro constituído só por vozes masculinas, com cerca de quarenta elementos, e que nos visitou pela segunda vez. (já estivera num outro Concerto deste ciclo, em 26/Fevereiro/1993).

O programa constou da audição integral do Requiem, de Lorenzo Perosi.

Os «requiem» foram criados como composições musicais para missas de defuntos, seguindo o rito católico-romano. A própria designação vem das palavras de abertura do introito: «Requiem aeternam dons eis». Desenvolve-se, pois, por Introito/Kyrie, Graduale, Tractum, Sequência, Offertorium, Sanctus/Benedictus, Agnus Dei, Comunhão e Absolvição.

Os primeiros «requiem» terão surgido no Século XV e, desde então, surgem-nos nas obras de grandes compositores como Ockeghem, Lassus e Palestrina. (Mozart deixou um «requiem» incompleto) e, também, Berlioz, Bruckner, Verdi, Dvorák, Fauré, Duruflé, Britten, etc.

Algumas dessas composições tornaram-se peças do concerto, ou foram já criadas com essa intenção.

Desta vez, tivemos Lorenzo Perosi (1872-1956), padre e compositor italiano. Foi Mestre do Coro da Capela Sistina. São muito conhecidas as suas oratórias «A Paixão de Cristo», «A Transfiguração» ou «Requiem» que o Coral Stella Vitae, em boa hora, incluiu no seu repertório.

e cuja audição nos foi proporcionada neste Concerto.

Cumpre-nos referir o inteiro agrado que mereceu, do público presente no nosso Salão Nobre, a actuação do Coral Stella Vitae e salientar a sôbria e seguríssima direcção de Maestro Dr. Joaquim Gonçalves.

De lembrar ainda, o importante e interessante acompanhamento instrumental do Dr. Luis Cerqueira, em Órgão Electrónico.

O Concerto foi apresentado pelo Maestro António Leitão que dissera acerca deste tipo de música, e também da música gregoriana, e referiu a brilhante carreira do Coral Stella Vitae, que em 1995 completa 50 anos de existência, e do qual, aliás, foi director artístico durante longos anos.

No próximo dia 25 de Novembro, teremos novo Concerto, desta vez com o Orfeão Polifônico de Mortágua.

**Nota:** O Coral Stella Vitae lançou recentemente um CD com a gravação deste Requiem, com acompanhamento de órgão e orquestra, e que recomendamos francamente.

J. A. Costa Paulitos



Concerto do Coral «Stella Vitae» em 28/10/94.  
Durante a actuação



Concerto do Coral «Stella Vitae» em 28/10/94.  
Um aspecto da assistência

# CONCERTOS INSTRUMENTAIS

Conforme já é do conhecimento dos associados da SHIP, iniciámos este ano, ou mais concretamente nesta temporada 1994/95, Concertos Instrumentais, de Música de Câmara, integrados no Calendário de actuações da Orquestra Metropolitana de Lisboa, em dias a anunciar, pelas 18h30, no Salão Nobre do Palácio.

O primeiro Concerto teve lugar em 28 de Setembro, com um Quarteto de Cordas, conforme noticiámos no Boletim n.º 104.

O segundo Concerto realizou-se no dia 24 de Outubro. Tivemos, desta vez, um Quinteto de Sopro, o «Quinteto capital», composto por:

Sandra Pina, portuguesa — flauta;

Luc Orsini; francês — oboé;  
Étienne Lamaison, francês — clarinete;

Marc Feldman, americano — fagote;

Mitchell Sundet, americano — trompa;

O programa constou das seguintes peças:

— Quinteto em Fá Maior, op. 81, n.º 3, de Georges Onslow (1784-1853), com os seguintes andamentos:

- a. Allegro non troppo
- b. Scherzo
- c. Andante Sostenuto
- d. Finale

— Quinteto op. 43, de Carl Nielsen (1865-1931):

- a. Allegro ben moderato
- b. Menuet

c. Praeclodium — tema con variazione

— «Trois pièces», de Jacques Ibert (1890-1962)

- a. Allegro
- b. Andante
- c. Assez lent

Numa nota simpática, até porque não muito usual, dois elementos do Quinteto, Sandra Pina e Étienne Lamaison, apresentaram peças e forneceram breves clacidações acerca dos seus autores.

Como habitualmente, também nós iremos referir os compositores:

— George Onslow, francês de ascendência inglesa, escreveu óperas, sinfonias e música de câmara.

Estudou composição com António Reicha, em Paris.

A sua música apresenta um grande sentido de ritmo e beleza melódica.

— Carl Nielsen, dinamarquês, considerado o maior compositor do seu país, teve uma obra muito vasta, incluindo óperas, sinfonias, música de câmara e ainda música coral.

As suas composições, para quartetos ou quintetos, apresentavam sempre uma preocupação de demonstrar as capacidades, ou qualidades, de cada instrumento. Na obra que ouvimos essa intenção é facilmente detectável através dos vários «solos» que lhes são permitidos.

Foi, também, Maestro de vários orquestras e Director do Conservatório de Copenhague.

Jacques Ibert, francês, escreveu não só óperas, sinfonias e música de câmara, mas também música para Ballet e para filmes.

As suas composições destacam-se por uma grande leveza e claridade, demonstrando uma extrema sensibilidade.

Aliás, foi considerando estas características que os elementos do Quinteto alteraram a ordem de apresentação anteriormente prevista e a escolheram para o fecho do Concerto.

Tivemos, pois, mais um fim de tarde, musical, de grande qualidade. Notamos que os intervenientes, fora o serem membros da Orquestra Metropolitana de Lisboa são também — embora muito jovens (Sandra Pina, por exemplo, só tem 22 anos) — professores da Academia Nacional Superior de Orquestra e da Escola Metropolitana de Música de Lisboa.

Este Concerto foi patrocinado pelo Metropolitano de Lisboa. Esteve presente, em sua representação, o Sr. Orlando Perrin, que ofereceu um ramo de flores aos intérpretes.

A SHIP, presenteou, também cada um dos elementos do Quinteto com um prato de porcelana com o brasão da nossa Sociedade. No dia 28 de Novembro actuará outro agrupamento de músicos da O.M.L., com programa a anunciar oportunamente.

J. A. Costa Paulitos



## MINIGRÁFICA

Cooperativa de artes gráficas, cri

TIPOGRAFIA • OFFSET • FOTOCOMPOSIÇÃO • ENCADERNAÇÃO  
RUA DA ALEGRIA, 30 • TELEF. 346 47 20 • 1200 LISBOA

# CURSO DE CULTURA PORTUGUESA

Em 18 de Outubro p.p. iniciou-se o 2.º ano (3.º e 4.º semestres) do Curso de Cultura Portuguesa que começamos o ano passado com inegável êxito. Presidiu à sessão Solene de abertura S. Exa. o Secretário de Estado da Educação Dr. Pedro Lynce e pronunciou a oração de sapiência a Profº. Drº. Iria Gonçalves que dissertou sobre «Vicissitudes e exercício do Poder Concelhio em Portugal».

Damos a seguir os horários das diferentes matérias a ministrar, até ao fim de Fevereiro de 1995.

## HORÁRIO

### Outubro 1994

<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Tema, Professor</i>
18/10	18H00	Sessão Solene de Abertura <i>Oradora: Professora Doutora Iria Gonçalves</i>
20/10	15H00	H - Introdução <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
	16H00	S - Debate com os participantes sobre Cultura
25/10	15H00	LL - Padrões de Cultura no Portugal Renascentista <i>Drº. Ana de Seabra</i>
	16H00	S1 - Cultura e Ambiente <i>Cor. Francisco Sousa Lobo</i>
27/10	15H00	H - O Infante D. Henrique <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
	16H00	S1 - Cultura e Ambiente <i>Cor. Francisco Sousa Lobo</i>

### Novembro 1994

<i>Dia</i>	<i>Hora</i>	<i>Tema, Professor</i>
03/11	15H00	H - Marrocos na expansão portuguesa <i>Dr. Paulo Jorge Corino de Sousa Pinto</i>
	16H00	S1 - Cultura e Ambiente <i>Cor. Francisco Sousa Lobo</i>
08/11	15H00	LL - Padrões de Cultura no Portugal Renascentista <i>Drº. Ana de Seabra</i>
	16H00	S1 - Cultura e Ambiente <i>Cor. Francisco Sousa Lobo</i>
10/11	15H00	H - Os Descobrimentos <i>Dr. Paulo Jorge Corino de Sousa Pinto</i>
	16H00	S2 - O Património Arqueológico <i>Prof. Doutor Bairrão Oleiro</i>
15/11	15H00	Visita a Exposição "Encontro de Culturas" (duração de 2 horas)
17/11	15H00	H - D. Afonso V <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
	16H00	S2 - O Património Arqueológico <i>Prof. Doutor Bairrão Oleiro</i>
22/11	15H00	LL - Padrões de Cultura no Portugal Renascentista <i>Drº. Ana de Seabra</i>
	16H00	LL - Padrões de Cultura no Portugal Renascentista <i>Drº. Ana de Seabra</i>
24/11	15H00	H - D. João II <i>Dr. Paulo Jorge Corino de Sousa Pinto</i>
	16H00	S2 - O Património Arqueológico <i>Prof. Doutor Bairrão Oleiro</i>
29/11	15H00	LL - As Barcas de Gil Vicente: crítica e doutrina <i>Drº. Serafina Martins</i>
	16H00	S2 - O Património Arqueológico <i>Prof. Doutor Bairrão Oleiro</i>

**Dezembro 1994**

Dia	Hora	Tema, Professor
06/12	15H00	LL - As Barcas de Gil Vicente: crítica e doutrina <i>Dr. Serafina Martins</i>
	16H00	S3 - História Militar Medieval <i>Gen. Manuel Themudo Barata</i>
13/12	15H00	LL - As Barcas de Gil Vicente: crítica e doutrina <i>Dr. Serafina Martins</i>
	16H00	S3 - História Militar Medieval <i>Gen. Manuel Themudo Barata</i>
15/12	15H00	H - D. Manuel I <i>Dr. Paula Jorge Corino de Sousa Pinho</i>
	16H00	S3 - História Militar Medieval <i>Gen. Manuel Themudo Barata</i>

**Janeiro 1995**

Dia	Hora	Tema, Professor
10/01	15H00	LL - As Barcas de Gil Vicente: crítica e doutrina <i>Dr. Serafina Martins</i>
	16H00	S4 - Missão <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
12/01	15H00	H - D. João III <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
	16H00	S4 - Missão <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
17/01	15H00	LL - A Menina e Moça de Bernardo Ribeiro e a novela sentimental hispânica. <i>Dr. Leonor Neves</i>
	16H00	S4 - Missão <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
19/01	15H00	H - D. Sebastião <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
	16H00	S4 - Missão <i>Dr. João Paulo Oliveira e Costa</i>
24/01	15H00	LL - A Menina e Moça de Bernardo Ribeiro e a novela sentimental hispânica. <i>Dr. Leonor Neves</i>
	16H00	S5 - Música Portuguesa <i>Maestro Dr. António Letão</i>
26/01	15H00	Visita ao Museu Militar (duração de 2 horas)
31/01	15H00	LL - A Menina e Moça de Bernardo Ribeiro e a novela sentimental hispânica. <i>Dr. Leonor Neves</i>
	16H00	S5 - Música Portuguesa <i>Maestro Dr. António Letão</i>

**Fevereiro 1995**

Dia	Hora	Tema, Professor
02/02	15H00	H - Filipe II de Espanha <i>Dr. Paula Jorge Corino de Sousa Pinho</i>
	16H00	H - O Ataque holandês no Atlântico <i>Dr. Jorge Flores</i>
07/02	15H00	LL - A Menina e Moça de Bernardo Ribeiro e a novela sentimental hispânica. <i>Dr. Leonor Neves</i>
	16H00	S5 - Música Portuguesa <i>Dr. Orlando Figueiredo Farinha</i>
09/02	15H00	H - O Ataque holandês no Índico <i>Dr. Jorge Flores</i>
	16H00	H - Balanço Final <i>Dr. Jorge Flores</i>
14/02	15H00	LL - A Menina e Moça de Bernardo Ribeiro e a novela sentimental hispânica. <i>Dr. Leonor Neves</i>
	16H00	S5 - Música Portuguesa <i>Dr. Orlando Figueiredo Farinha</i>
16/02	15H00	Visita ao Teatro Romano de Lisboa (duração de 2 horas)

# RESUMO DAS ACTIVIDADES ATÉ FINAL DE 1994

## CURSO DE CULTURA PORTUGUESA

Aberta com sessão solene em 18/10. Sessões nos dias 20, 25 e 27 de Outubro, 3, 8, 10, 15, 17, 22, 24 e 29 de Novembro, e 6, 13, 15 de Dezembro, todas com inicio às 15 horas e termo às 17 horas.

## CONVERSAS DE FIM DE TARDE

Recomeço em 27/10 às 17,30 horas. As restantes, em 3, 10, 17 e 24 de Novembro e 15, 22 e 29 de Dezembro, sempre às 17,30 h.

## EXPOSIÇÕES

«Anos 50», do programa «Bons Velhos Tempos» da Rádio Renascença, de 6 a 14 de Outubro; «Retrospectiva dos 50 anos de actividade artística de Maria Gabriela Figueira Leónidas» de 20 a 31 de Outubro.

## PALESTRAS DO DR. FAUSTO DE MORAIS

Recomeçam no dia 18/10 (3.ª feira), continuando todas as 3.ª feiras, das 14,30 às 17,00 h.

## JORNADAS DE HISTÓRIA MILITAR

Promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar: V Colóquio, subordinado ao tema «Do Infante a Tordesilhas». Dias 24/10, das 10,00 às 18,00 h; dia 25, das 9,30 h. às 18 h; e dia 26, das 9,30 às 13,00 h.

## CONCERTOS

Pelo «Quinteto Capital», da Orquestra Metropolitana de Lisboa, no dia 24/10 às 18,30 h. Em 28 de Novembro, pelo conjunto ainda a indicar pelo O.M.L.

Pelo Coro «Stella Vitae», que nos dará a audição integral do Requiem de Lorenzo Perosi, no dia 29 de Outubro, às 18,30 h. E, também às 18,30 horas, o Coro de Mortágua no dia 25/11 e em dia a indicar, em Dezembro (Concerto de Natal, com Coro e Orquestra da Fundação dos Amigos das Crianças).

## VISITAS DE ESTUDO

— Ao Palácio de Belém (Presidência da República), em turnos de 30 sócios tendo sido a 1.ª visita em 15 de Outubro (sábado). As restantes visitas serão em dias a indicar

pela P.R., sempre em turnos de 30 pessoas.

— Ao Brasil, de 20 de Novembro a 12 de Dezembro, estando inscritos mais de 70 sócios e familiares.

## CERIMÓNIAS DO 1.º DE DEZEMBRO

Conferência habitual da efeméride em 30/11, pronunciada pela Prof.ª Doutora Maria do Rosário Themudo Barata sobre «A Batalha do Montijo» às 18,30 h. Cerimónias do dia 1 presididas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República.

## PROGRAMAS DA RÁDIO RENASCENÇA

Todos os sábados, às 19,30 horas, transmitidos em AM e FM, e também em Onda Curta e via satélite noutras horários.

## DESPORTO

Tiro — 5.ª e 6.ª feiras, das 18,00 às 20,00 h.

Escríma — 2.ª e 4.ª feiras, das 16,00 às 18,00 h.

Jogos de Simulação Histórica — Todos os dias, das 16,00 às 20,00 h.



a verdade e só a verdade



LABORATÓRIO  
ACREDITADO  
CERTIFICADO N.º 991-BB  
EMITIDO PELA  
INSTITUTO PORTUGUÊS  
DA QUALIDADE

Empenhamo-nos qualitativamente em tudo aquilo que fazemos.

Acreditamos que apenas a qualidade nos pode conduzir à perfeição.

Sabemos que apenas o melhor pode contribuir decisivamente para o sucesso daqueles que confiam em nós.

Qualidade é para nós um valor empresarial adquirido. Quando existe qualidade, não existem surpresas desagradáveis mas apenas excelentes resultados.

**EPAC**  
EMPRESA PARA APROFUNDAMENTO E SERVIÇOS SA  
Há Uma Terra Que Nos Une.

# O SIGNIFICADO E OS FACTORES PROFUNDOS DA RESTAURAÇÃO (\*)

Para explicação do movimento revolucionário de 1640 e do bom êxito que o coroou e à subsequente Campanha da Restauração, têm-se evocado factores vários, muito dos quais ponderosos, mas, geralmente, de valor relativo muito desigual e, as mais das vezes, apresentados, segundo as tendências dos Historiadores, com um exclusivismo que se não ajusta rigorosamente à verdade — mais ampla e mais complexa.

Os desvarios da política espanhola do duque de Olivares, as suas imposições de tributos e de levas de soldados para as guerras em longínquas paragens, as prepotências e vexames dos delegados de Felipe IV, especialmente do famigerado Miguel de Vasconcelos, ter-se-iam, sem dúvida, conjugado com uma certa influência da França e sobretudo com a propaganda e os esforços desenvolvidos pelo clero — especialmente pelos jesuítas —, para gerar no país empobrecido e triste uma forte vaga de antipatia contra os usurpadores, a qual iria muito além dum inconformismo tradicional contra a Espanha, inconformismo que mais de meio século de ocupação estrangeira e de amargas desilusões jamais alcançara extinguir no povo português.

A importância da Casa Ducal de Vila Viçosa, que exercia direitos quase magestáticos em grande parte do nosso território e se media, em riqueza e poder, com os maiores senhorios das Espanhas, constituindo assim como que um fio de esperanças no negrume da escravidão e um centro natural de polarização de anseios de independência, é também invocada por muitos como um dos mais consideráveis factores predisponentes do movimento emancipador. «Cabeça monstruosa dum anão», chamou Oliveira Martins à Casa de Bragança em relação ao país naquela época que, na desmesurada hipérbole, figuraria de anão.

As tentativas de afastamento do Duque, a chamada intencional dos

fidalgos portugueses — inclusivé, e sobretudo, do Duque — às cortes aragonesas, a eclosão do movimento insurreccional na Catalunha, tornavam de premente oportunidade, para os campeões da independência, utilizar aquele instante. Adiar poderia ser uma catástrofe. Intervém então os agentes individuais, o papel de João Pinto Ribeiro e dos fidalgos conjurados do Palácio dos Almudas, a decisão varonil da Duquesa Luiza de Gusmão, o assentimento consciente e corajoso do duque, que uma visão exacta e prudente das circunstâncias detivera em lances anteriores e cuja política subsequente, firme e vitoriosamente desenvolvida, o coloca muito acima dos juízos de egoista e medroso com que historiografos tendenciosos e sectários pretenderam gratuitamente amesquinhar-lo.

Numa relação de 1639, recentemente publicada pelo sr. dr. Eduardo Brazão, exaltam-se a modéstia, a prudência, as «extraordinárias» afabilidade, benevolência e «opinião» do Duque D. João, a propósito do acolhimento entusiástico que lhe foi feito em Lisboa quando nomeado, sem dúvida com segunda intenção, governador das Armas do Reino por Felipe IV. O significado dessa recepção era transparente, através daquele escrito, do qual consta que se falava «geralmente com grande honra e estima da prudência do Duque em todas as suas acções». O que os documentos permitem inferir sobre a atitude do Duque na Revolução e depois desta, não está em discordância com aquele juízo, suspeito por ser anterior à sua elevação ao trono.

Mas Joaquim de Vasconcelos, Ramos Coelho, António Sardinha, Edgar Prestage, Rodrigues Cavalheiro, Alfredo Pimenta, Eduardo Brazão, António Cuz e outros modernos autores já desfizeram a lenda caluniosa que a pesar dos elogios de D. Francisco Manuel de Melo, do Conde da Ericeira, do Pe. Gusmão Soares, etc., diminuia aos olhos crê-

dulos de muitos basbaques a personalidade do fundador da quarta dinastia, lenda em que colaboraram, a séculos de distância mútua, os escribas castelhanos a sólido do Olivares e os maçons fabricantes da nossa «história» nos moldes demoliberais do século passado.

Ainda entre os factores principais do êxito da conjura e da campanha da Restauração, assinala-se, como um dos mais importantes, se não o mais decisivo, a «falta de resistência» da parte dos Castelhanos, a qual teria mesmo ido, segundo alguns, até à inépcia. A verdade, porém, é que um tal factor, como em geral os anteriores, poderia explicar o êxito passageiro do golpe de 1.º de Dezembro, mesmo alguns outros lances felizes, não o êxito definitivo do movimento e da Campanha da Restauração.

A grandiosidade e permanência do resultado não se compadecem com essas explicações parcelares ou episódicas. Quando se pensa no poderio enorme que ainda restava à Espanha, na escassez dos nossos recursos materiais, no longo esgotamento a que foi submetido o país depois da catástrofe de Alcácer-Quibir, na descontinuidade e relativa insignificância do auxílio estrangeiro, na dispersão dos nossos domínios ultramarinos, na duração enorme da guerra, a vitória do movimento restauracionista surge verdadeiramente extraordinária, assombrosa, mesmo aparentemente ilógica.

Os contemporâneos falaram em milagres. D. João IV colocou-se e ao Reino sob o patronato sobrenatural de Nossa Senhora da Conceição. O prodigioso da empresa sugeriu aos portugueses coevos — e fundamentalmente — a convicção duma protecção divina. No *Táctico Português*, D. Francisco Manuel de Melo escreve: «Em duas horas a cidade, em sette dias o Reyno, e seis meses as Conquistas mudárao senhorio». E, numa exclamação que lhe vem do fundo da alma, acrescenta: «Maravi-



SERENISSIMVS ET POTENTISSIMVS PRINCEPS  
AC DOMINVS IOHANNES QVARTVS RES PORTV  
GALLIE ET ALGARBIÆ. VTRIVSQ; MARIS  
AFRICANI DOMINVS. ETC.

D. JOÃO IV

(Gravura do Séc. XVII. Col. Dr. Manuel Ribeiro)



# ASSEMBLEIA GERAL

## CONVOCATÓRIA

Convoco a Assembleia Geral para se reunir em sessão ordinária nos termos do Artigo 18.º do Estatuto e de acordo com o Artigo 20.º-1-a) e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.º, na Sede da Sociedade, no Palácio da Independência, Largo de São Domingos 11, em Lisboa, no dia 15 de Dezembro de 1994 pelas dezassete horas, com a seguinte:

### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Discussão e votação do programa de acção e orçamento para 1995.

Não havendo «quorum» à hora fixada, fica desde já convocada a Assembleia Geral para se reunir no mesmo dia e local, com a mesma Ordem de Trabalhos, em 2.ª convocação, pelas dezoito horas.

Lisboa e Sede da S.H.I.P., 11 de Novembro de 1994

O Presidente da Assembleia Geral



Tomás José Basto Machado  
General

lha». A falta de resistência a que depois se aludiria provoca-lhe este comentário: «Conhece-se logo que as obras de Deus, quanto de mais débeis instrumentos se serve, mais felizmente respondem». Em 1648, o Conde de S. Lourenço, numa das cartas agora publicadas pela Academia de História, escreve ao Rei: «Defender o que Deos com tantos milagres nos deu». E em 1657, numa carta à Rainha Regente, da coleção da Ajuda há pouco editada pelo dr. Eduardo Brazão, o grande diplomata da Restauração Francisco Sousa Coutinho diz: «A obra senhora de Portugal quem a ouvira de crer pronosticada na forma em que vio cumprido, foi tão sobrenatural que daqui a cem anos passará os termos das credulidade; Deus a fes, e Deus quer que toda se tenha por sua».

Modernamente Ramos Coelho escreveu sobre o 1.º de Dezembro: «Tudo foi providencial no grande feito e mais do que tudo, o carácter de D. João IV.» E Joaquim de Vasconcelos: «No dia 1 de Dezembro de 1640 subiu o Duque de Bragança ao trono após uma revolução, feita com êxito milagroso (sublinhado por nós), porque fôrta posta em cena com toda a possível leviandade». Não sei se o sigilo da conjura foi como alguns escreveram, rigorosamente conservado, ou se, como diz Rodrigues Cavalheiro, se tratou do segredo do Polichinelo. Inclino-me para esta opinião, mas, em qualquer circunstância, o êxito foi um milagre, a Providência ajudou a Restauração.

Como? Conjugando todos os factores predisponentes, adjuvantes e determinantes que enunciámos, clima internacional, oportunidade, factores económicos, políticos, religiosos, sociais, individuais, dando-nos um Rei a valer, clarividente, tenaz, zeloso, homens e Estado, generais, diplomatas, um clero patriota, bons soldados, toda essa falange magnifica das figuras de 1640 e da Restauração.

Como nos parece duma mediocridade sectária, em desproporção com a inteligência, cultura e brilho literário do seu autor, esta frase de Oliveira Martins a propósito de 1640: «A educação jesuítica apagara para todo o sempre a tradição aniga da nobre monarquia da Aviz!»

Quando tudo leva a concluir que foi uma grande solidariedade patriótica, uma unânime vontade nacional, que, acima dos episódios históricos, foram forças colectivas, permanentes e antigas — embora por vezes um tanto vagas, tumultuárias e quase inconscientes, mas nem por isso menos autênticas — os factores das vontades individuais que fizeram e mantiveram a Restauração; quando pensamos no valor dumha geração portuguesa que, nascida dum lúgubre colapso histórico, reedifica uma Pátria sobre um amontoado fumegante de escombros, temores, sofrimentos e traições, sentimos escaldarem-se-nos as faces de indignação e de vergonha por ter havido no século XIX — triste obra desnacionalizadora a dêsse século! — um português inteligente e culto, Oliveira Martins, que escreveu, em seguida a uma descrição desoladora, que na Restauração, «os fidalgos portugueses e os jesuítas, aliados, criaram..., com o nome de Portugal, uma nação nova, que da antiga só tinha a identidade do lugar».

Ler os compromissos assinados por Felipe II é ver como o próprio usurpador reconhecia a realidade permanente da Nação Portuguesa. Pura tática aliciadora de simpatias, esperança de progressiva e metódica dissolução do sentimento português? Por certo. Nem por isso a Nação deixava de ser uma realidade. O mais eloquente e insuspeito testemunho dum Portugal — realidade viva que se não extinguiu em Alcâcer — é dado por Felipe II e pela sua política portuguesa. E, quando Olivares quis rasgar esses compromissos e enveredar para a mais tirânica absorção, encontrou erguido contra ele, não apenas o Portugal insurrecionado, exausto e tímido do simpático e valioso Prior do Crato, mas o Portugal livre e eterno de D. João IV. O primeiro Portugal tivera um condottiere romântico e cavalheiresco, após um reinado de caquexia impotente. O segundo estava unido e tinha um Chefe, graças ao revulsivo da opressão estrangeira e a um concurso providencial de circunstâncias.

Oliveira Martins, que tão justas palavras escreveu sobre as raízes profundas da Nacionalidade no ter-

ritório e na etnia lusitana, que com tanta eloquência duma nossa velha continuidade étnica por motivo de guerras e invasões, nega aliás qualquer laço entre o Portugal de Aviz e o da Restauração.

Decerto os quadros históricos, os cenários haviam mudado. De século para século variam aqui, como em toda a parte, trajos, a arquitectura, as usanças, as predilecções, as fisionomias. Mas o fundo étnico, a vontade nacional não desaparecerá.

O sebastianismo não era passividade resignada e abstracta, um fenômeno celta ou judaico. Era, como diz Pedro Calmon, um sentimento superior, inconformidade portuguesa, anti-castelhana, esperança de recuperação. Lúcio de Azevedo atribui como origem a essa «equimera» o «patriotismo sagrado».

O negativismo deplorável de Oliveira Martins identifica o Portugal sebastianista, desvairado, extravagante, sonâmbulo, de 1637 com o gigante Manuelinho, louco e jogral, chefe aparente dos motins de Évora, e o Portugal «positivo e baixo, utilitário e prático», o «Portugal sem alma» de 1640, com o duque de Bragança, «egoista e beato».

A aproximação irreverente das duas figuras, os apodos deprimentes e perversos com que Martins se refere à Pátria, são delitos de que o tribunal da História não poderá jamais absolver aquele escritor.

A lealdade nacional que não entregou o Prior do Crato vencido aos seus perseguidores, o sebastianismo tumultuário da plebe amotinada de Évora e a firme e a esclarecida ação política, militar, diplomática e até moral de D. João IV e dos homens de 1640 constituem, na verdade, expressões diversas, mas todas respeitáveis, dum patriotismo cujas raízes mais profundas e sagradas eram as mesmas que tinham nutrido de seiva fecunda o génio e a glória dos «avarões assinalados» de Aljubarrota, do Mar Tenebroso e da Índia!

A. A. Mendes Corrêa

(\*) Revista da SHP «Independência» n.º 1, Ano 1.º, Dezembro de 1940

# A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA INSERIDA NO CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

O artigo que a seguir se publica foi escrito pelo Arq. José Manuel de Castro Soares Zilhão, para um seminário realizado no Colégio Militar intitulado «Colégio Militar — Bicentenário». Porque julgamos ser um assunto de interesse geral, isto é, que se não confina exclusivamente ao ensino no Colégio Militar, aqui o deixamos para apreciação dos nossos sócios e outros leitores deste Boletim Informativo.

O Arq. José Castro Soares Zilhão é bem conhecido da SHIP, a quem tem dado valioso contributo, não apenas como membro de Direcções anteriores mas também como sócio interessado nas actividades da Sociedade, fazendo parte do actual Conselho Supremo, onde sempre expressa as suas ponderadas opiniões, para bem desta Instituição.

— A finalidade da Educação Integral é a formação do Homem, em todos os aspectos da sua natureza e no equilíbrio do respectivo valor desses vários aspectos: físico, intelectual, moral, artístico, social e ainda, na corrente humanística-cristã, a que mais adesão merece ao povo português, a educação religiosa. Só o somatório de tudo isto dá verdadeira dimensão à Educação Integral que deve estimular, orientar e auxiliar o dinamismo biológico com o fim de atingir a harmonia desejável no desenvolvimento de todas as virtualidades do ser humano. Estes enunciados, do conhecimento de quem se interessa por problemas de educação, contêm uma verdade considerada incontestável por muitos, na qual se baseiam, de resto, as correntes activistas actuais.

Amputar uma das componentes à Educação Integral é torná-la imperfeita e incompleta deixando assim de ser integral. Naturalmente o processo de Educação sobranceiro aos sistemas ideológicos, que se vão sucedendo, e que pretende formar integralmente o Homem-Indivíduo sem descurar nenhum dos seus aspectos, nem esquecer o seu posicionamento na História, tem de se opor à Educação de base sociológica, cuja proposta é ensinar o Homem — inserido na comunidade não como Deus o fez, mas como a sociedade o quer. Neste último sistema não tem lugar ou pelo menos não tem lugar importante a Educação Artística.

Esta matéria não pode ser descartada, mesmo que os programas oficiais a não refiram ou dela se ocupem timidamente como se de coisa de somenos importância se tratasse.

Tentaremos de seguida provar a indispensabilidade da Educação Ar-

tística como meio para ajudar a suportar o peso da vida rotineira, estimular a inteligência, aguçar as faculdades receptivas do espírito, desenvolver a observação, aumentar a criatividade, descobrir horizontes mais vastos e compreender um passado cuja lição tem sido, muitas vezes, mal aproveitada.

Cuidaremos apenas e em síntese as artes plásticas dado não estarmos, minimamente, preparados para falarmos de poesia, música e dança. Diremos, em todo o caso, ser a dança clássica, que educa o gesto e compõe a figura, disciplina que conduz a uma sensibilidade demasiado delicada. Isto não significa ser de desprezar o belíssimo espectáculo que é o bailado.

A escola sem arte nos livros, sem arte nas directivas pedagógicas, sem arte no ensino, sem arte no edifício e sem arte no ambiente que a rodeia — jardins, parques, etc. — é uma escola desumana ainda que nela se ensinem muitas humanidades. Não é fácil editar os livros didáticos mas podem incluir-se, por iniciativas próprias, arte nas directivas pedagógicas e no ensino e adaptá-las da melhor forma, às exigências actuais do ensino.

Mais do que nunca, é hoje necessária a educação pela arte. As exigências da vida moderna tornaram o homem um ser impetuoso, sem ideal, prático, mecânico, egoísta, sem escrúpulos e sem capacidade de admiração pelas obras de valor artístico. Acontece ser o conhecimento e a estima das obras de arte, um dos melhores alimentos do espírito para combater os males e as deficiências do homem do nosso tempo.

É indispensável ensinar o aluno do ensino secundário a ver um bom exemplo de arquitectura, percorren-

do-o e escolhendo os ângulos de visão sob os quais a perspectiva evidencia melhor o ritmo e a harmonia das suas linhas de composição para que, mais tarde, ele possa sentir o convite à meditação que desperta, por exemplo, o interior de uma igreja romântica ou a sombra de uma ruína evocativa.

É fundamental mostrar ao aluno obras de pintura de diferentes escolas e épocas, pondo-os em contacto com problemas de espaço, forma, linha, movimento, contraste e cor para que, quando adulto, ele possa beneficiar do prazer de percorrer as galerias das pinacotecas.

É necessário interessar o aluno nas peças escultóricas, chamando-lhe a atenção para o volume e o jogo de sombra e luz para que, homem-féito, ele possa sentir o mais vivo entusiasmo a contemplar as obras dos grandes mestres.

É imperioso levar ao conhecimento do aluno que o estudo das civilizações se baseia em documentos históricos que são, além de outros, monumentos arquitectónicos e obras de escultura e pintura e que às descobertas arqueológicas se devem as correções de erros de interpretação histórica para que, um dia, ele possa sentir que para cada povo a arte é a certeza das suas origens e o espelho onde se revê a nacionalidade e para cada indivíduo, no meio de tantas incertezas, angústias, frustrações e no desencanto dos ideais desfeitos, fonte de incalculável prazer e alegria para o espírito.

Impõe-se também mostrar e ensinar, ao aluno do ensino secundário, a amar o património artístico português para que, se vier a ser caso disso, o possa defender com toda a convicção.

Por último, é ainda de toda a vantagem iniciar o aluno nos temas de urbanismo, a fim de poder compreender a urgência da organização do espaço geográfico do seu país e os seus problemas do ordenamento do território e da descentralização. O urbanismo é uma ciéncia e uma arte, no mais alto sentido da palavra, pois é uma invenção apoiada no engenho e na sensação emotiva.

Descrevemos em síntese as razões porque julgamos indispensável a Educação Artística no ensino secundário. Falta-nos indicar, também em síntese, como em nosso entender, se poderá ministrar a matéria que vimos referindo. Naturalmente que não se pretende fazer artistas nem críticos de arte dos educandos, mas sim admiradores. O ensino não deverá, nestas condições apoiar-se em lições magistrais, mas terá de ser bebido em presença das obras de arte, muito embora as noções elementares de evolução artística tenham, necessariamente, de ser dadas nas aulas e, sempre que possível, com o auxílio de projeções.

Consideramos absolutamente necessário o ensino de História de Arte, para apoio do estudo da História Universal, dados os conhecimentos complementares que possibilita e a ajuda na caracterização de cada civilização. Este ensino, convirá ser ministrado conjuntamente com o de História e pelo professor respectivo; então a cadeira chamar-se-ia História de Arte e Universal. Também os professores de Desenho, nos parecem indicados para ensinar a matéria, e apenas se vê o inconveniente de não ser fácil a interligação com a disciplina de História.

As visitas frequentes a museus, são prática corrente na esmagadora maioria das escolas estrangeiras, não passando em Portugal de tímidas iniciativas pontuais. Os museus portugueses estão praticamente, vazios de crianças e adolescentes. Será preciso incluir no programa de Educação, normas obrigando taxativamente os professores a visitar com os seus alunos os museus, os monumentos e os estúdios dos artistas; em presença das obras de arte far-se-à o comentário necessário para definir a época e o estilo, mas tendo em atenção o objectivo principal, de desvendar a

beleza que delas desprendem e destacar o seu valor histórico.

Promover o gosto pelo desenho, é também uma meta a alcançar porque, com a sua prática, se desenvolvem as qualidades de observação e a imaginação criadora.

Julgamos de grande interesse dar noções, razoavelmente desenvolvidas, de perspectiva e teoria de sombras facultando-se assim ao aluno a facilidade de se exprimir graficamente, ao mesmo tempo que se conferem conhecimentos, de grande utilidade para a prática da fotografia.

A realização de cursos de férias, junto de estações arqueológicas, embora com carácter facultativo, devem fazer parte de planos a estabelecer.

Quanto ao Urbanismo, terão de contratar-se especialistas para levarem a efeito uma série de palestras elucidativas, para compreensão dos problemas fundamentais desta ciéncia-arte, desde uma visão universal até ao mais modesto dos aspectos, ligados ao quotidiano de cada um.

Dir-se-á serem estas propostas demasiadamente ambiciosas e não haver tempo, em face dos programas sobrecarregados, de ministrar um ensino artístico com semelhante desenvolvimento. Respondemos que tem de haver tempo, se quisermos formar homens completos dentro de uma escola piloto e que se este ensino for escalonado entre o 5.º e o 12.º anos, é absolutamente possível levá-lo a efeito.

Remetemos, de resto, quantos têm dúvidas sobre a sua viabilidade para os programas estrangeiros — dos países da CEE para não ir mais longe — onde muito se poderá aprender.

Não basta pensar nos alunos; é necessário também preparar os professores para os educar, enquanto os cursos universitários destinados ao professorado não incluem, com o desenvolvimento requerido, a matéria da Educação Artística. Para professores, sobretudo os de História a quem será cometida, segundo nós, esta agradável tarefa, deverão efectuar-se cursos destinados a ensinar a forma de ver e interpretar as obras de arte; horas de estudo em museus para esclarecimento das colecções ali existentes, para relacionar as ar-

tes plásticas com a cadeira de História e para temas específicos de História de Arte.

— A substituir a falta de preparação, porventura existente durante algum tempo, deverá recorrer-se aos processos audio-visuais com a gravação de textos sincronizados com imagens a projectar.

Simultaneamente, com a acção dos professores, conviria que também os Pais dos alunos colaborassem neste aspecto particular do ensino. Objectar-se-á ser a sua preparação, na maioria dos casos deficiente mas, porque nunca é tarde para aprender, os Pais que têm o dever e portanto o direito, de educar os seus filhos poderiam, também eles, tentar esclarecer-se frequentando cursos livres e procurando documentar-se, para depois ensinarem aqueles que lhes devem merecer toda a atenção e estima: beneficiariam com isso pais e filhos e os progenitores dariam o exemplo da Educação Permanente, cujo conceito devem transmitir aos descendentes. Aliás se os pais acompanharem os filhos a uma boa peça de teatro, a um concerto, a uma ópera, a uma exposição e, depois, de preparados, a uma passeio pela Alfama ou a uma visita a um monumento histórico já estão a contribuir, de forma significativa, para a sua Educação Artística.

Em exposição que procurámos não ser longa, focámos resumidamente vários aspectos da Educação Artística susceptíveis de merecerem debate em profundidade, para que das conclusões se retirem elementos valiosos a incluir na elaboração de um programa: na sua organização de se deverá recorrer a todas as fontes possíveis, e uma delas serão os excelentes trabalhos de investigação e publicações da UNESCO.

De tudo quanto foi proposto, com exceção dos conhecimentos sobre urbanismo, nada se poderá considerar como novo. No Colégio Militar, por exemplo, dir-se-ia até termos andado para trás, nesta matéria, se relacionarmos o plano de estudos actual com o de 1835. Na Revista da AAACM n.º 57 de 1979 a página 20 publica-se, na rubrica Subsídios para a História do CM, o Decreto e Plano de Estudos de 1835 com comentários finais do autor destas linhas. Há

146 anos o plano de estudos previa as seguintes disciplinas destinadas à preparação artística:

#### Cursos de Estudos Preparatórios

- 1.º ano — Desenho linear — todos os dias
- 2.º ano — Desenho linear — dias alternados
- 3.º ano — Desenho de figura — dias alternados
- 4.º ano — Desenho de figura — dias alternados

#### Curso Matemático Militar

- 1.º ano — Desenho de figura — todos os dias
- 2.º ano — Desenho de arquitectura civil — todos os dias
- 3.º ano — Desenho de paisagem e perspectiva — todos os dias
- 4.º ano — Desenho de fortificação — todos os dias

Como se verifica o interesse por estas matérias era não só cuidadoso mas também insistente desde o primeiro ao último ano.

A terminar este modesto trabalho desejariamos pudesse ele contribuir — por pouco que fosse — para que as artes plásticas, as grandes enjeitadas do nosso ensino, viessem a ser consideradas como indispensáveis à formação do Homem Integral.

*Arq. José Manuel Soares Zilhão*

PUB

## TIMOR — A OCUPAÇÃO JAPONESA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

AUTOR: MESTRE CARLOS VIEIRA DA ROCHA

### PRÉMIO NACIONAL TIMOR INSTITuíDO PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E FUNDAÇÃO GULBENKIAN

Um drama pouco conhecido da maioria dos portugueses e que decorreu de 20 Fev. de 1942 a 5 Set. 1945.

Poderá ler:

O heroísmo do Governador Manuel Ferreira de Carvalho — Antigo aluno do Colégio Militar.

A tragédia de Aileu — em que um grupo de pessoas se suicida com receio de caírem vivas nas mãos das terríveis «colunas negras».

O martírio de 4 portugueses deportados em deploráveis condições para a Ilha de Alor, onde dois morreram.

Barbaridades praticadas pelas japonesas.

A alegria da recuperação do Território — os europeus reduzidos pela fome a autênticos esqueletos vivos, pela fome que sofreram, ocupam todo o território com a entusiástica ajuda do Povo Timorense que, assim, mostrou a sua fidelidade a Portugal (nem a sombra da bandeira portuguesa pisavam...). Quando os australianos chegaram em Setembro de 1945 pensando que viriam pacificar Timor o Governador, orgulhoso, disse-lhes: Podem telefonar para qualquer ponto que uma autoridade lhes responde.

Uma Epopeia Magnífica — Um Hino ao Povo Timorense

À venda nas Livrarias do Chiado; Compasso em Campo de Ourique;

Barata na Av. Roma; Castil na Rua Castilho e Bertrand das Amoreiras ao preço de 2.100\$00. (IVA incluído)

Nota — Os sócios da SHIP podem comprar este livro na Sede por 1.890\$00 mas também o podem receber em casa, sem mais incómodos nem despesas, pelo correio desde que enviem cheque de 2.250\$00 para o Largo de S. Domingos 11 — 1000 Lisboa.

## ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA

### QUARTETO ROSSINI

Diana Tzonkova, violino  
Ethan Alan Busteed, violino  
Anne Hermant, violoncello  
Ericoje De Conca, contrabaixo

28 Novembro  
18H30 Palácio da Independência

### ROSSINI

Sonata para cordas n.º 1 em Sol Maior

### GLIÈRE

Suite para violino e contrabaixo

### MOZART

Adagio e Fuga para violino, viola e contrabaixo

### ROSSINI

Sonata para cordas n.º 3 em Dó Maior



## PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

Temporada 1994/95 — 3.º mês (20/11 a 9/12)



# GALERIA DE RETRATOS



Nesta secção divulgaremos, em cada número do nosso Boletim, retratos de portuguesas e portugueses, que se tenham distinguido na vida artística, literária, militar, política, científica, na história, etc., além de personalidades estrangeiras, que se tenham realçado por elevados serviços prestados a Portugal.

## ANTÓNIO JOSÉ ENES

Jornalista, dramaturgo e estadista. (Lisboa 15/8/1848 — Queluz, 6/8/1901). Após ter sido aluno dos Lazaristas, diplomou-se pelo Curso Superior de Letras (1868) e iniciou-se no jornalismo no Jornal do Comércio tendo passado pela Gazeta do Povo, O País, que tomou o título de Progresso, Correio da Noite, O Dia, etc.

Foi bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo publicado a Lei Orgânica da mesma instituição, devendo-se-lhe, igualmente, o curso de bibliotecário-arquivista, em que regeu a cadeira de Bibliografia.

Ocupou a Pasta da Marinha e Ultramar desde 13 de Outubro de 1890 a 21 de Maio de 1891, tendo organizado a expedição militar a Moçambique; assinou a primeira concessão à Companhia de Moçambique, etc. Foi enviado para a mesma província Ultramarina como Comissário Régio em 18/6/1891.

Regressado a Lisboa, em 1894, voltou ainda como Comissário Régio, nos fins desse ano, a Moçambique, para dirigir a campanha que pacificou a Província, com os combates de Marracuene, Magul e Coolela e consequente aprisionamento do Gungunhana.

Deve-se-lhe, também, o parecer de 1899 sobre o trabalho indígena, que Marcello Caetano classifica de «monumental», além de tantos outros actos administrativos de importância fundamental que se projecta na denominada Escola de António Enes, sobretudo com Paiva Couceiro, Freire de Andrade, Eduardo da Cos-



ta, Aires de Ornelas e Mousinho de Albuquerque.

Moçambique, agradecida, erigiu-lhe um monumento em Lourenço Marques.

Obras principais: A Guerra e a Democracia (1870). Deve restabelecer-se a Pena de Morte? (1874). Execução de Convénio de 11-6-1891 celebrado entre os Governos de Portugal e Grã-Bretanha (1892). Proviências publicadas pelo Comissário Régio na Prov. de Moçambique (1896). A Guerra d'África em 1895 (1896). As Campanhas de Moçambique em 1895 segundo os contemporâneos, s/d, etc.

## D. ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA BARROSO



Prelado de Moçambique, Bispo de Meliapor e do Porto. (Remelhe, Barcelos, 5/11/1854 — 31/8/1918).

Aluno do Colégio das Missões Ultramarinas (1873). Ordenado sacerdote (1879), chegou a Luanda (8/9/1880), donde partiu a fundar a Missão de S. Salvador do Congo (13/2/1881).

Não só o preocupou a sua missão de padre português, mas ainda a exploração científica do Congo, com trabalhos de grande qualidade.

Distingue-se na actividade missionária: hábito de Cristo (1883), canonicato de Luanda (1884), comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (1886) prelado de Moçambique com o título de Himéria (21/6/1891). Em 20/3/1892 chegou à Ilha de Moçambique e assumiu o governo pessoalmente. Percorreu o Niassa, Manica, a Zambézia e o Zumbo.

Fundador do Instituto Leão XIII (1893) para educação de meninas de cor, do Instituto Rainha D. Amélia de Lourenço Marques (1893) e várias missões Católicas.

Em 14/9/1897 foi confirmado Bispo de Meliapor, tendo percorrido Calcutá, Bandel, Dacá-Nazori e Maduré.

Passou para a Sé do Porto de Fevereiro de 1899. A Lei da Separação em 1911 levou-o ao desterro e ao exílio até 1914, facto que havia de repetir-se em 1917.

Honrou por igual a Pátria e a Igreja.

## DIOGO CÂNDIDO DE MACEDO

Escultor, museólogo e historiador de Arte. (Vila Nova de Gaia, 22/11/1889 — Lisboa, 19/2/1959).

Com 13 anos, apenas, matriculou-se na Academia Portuense de Belas-Artes. Acabando o curso, em 1911, partiu para Paris, onde frequentou as Academias de Montparnasse e a Escola Nacional de Belas-Artes.

Em 1914 regressou ao Porto, tendo executado os relevos em cimento para a fachada do teatro S. João,

depois, vivendo entre o Porto e Lisboa executou vários trabalhos, realizando diversas exposições. Casou em 1919, e no ano seguinte voltou à França, onde se manteve até 1926. Regressou a Portugal, fixa-se em Lisboa e ali trabalha até 1941, ano em que enviou e renunciou «voluntariamente por motivos de ordem íntima a todos os sonhos e esforços de escultor».



Em 1944 foi nomeado director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, cargo que exerceu até à data da sua morte.

Como escultor a sua obra é muito vasta. Como museólogo, a sua obra de renovação das velhas e arruinadas instalações do antigo Convento de São Francisco da Cidade, que conseguiu transformar num autêntico museu. É sobretudo como crítico, como historiador, com cronista, que melhor será lembrado. Deixou cerca de 50 volumes sobre temas de arte, e ainda milhares de páginas em artigos.

Casou pela segunda vez em 1946 e a sua viúva vendeu o espólio do escultor, à C. M. de Gaia, para com ele constituir uma casa-museu.

**Obras principais:** Além de centenas de desenhos e gravuras, executou os seguintes monumentos: em Lisboa a Mello Breyner (1936), as estátuas da fachada do Museu Nacional de Arte Antiga (1939), esculturas da Fonte Monumental (1940). Em Coimbra a Antero de Quental (1929). No Porto a Afonso de Albu-

querque (1930). Em Vila de Frades a Fidalho de Almeida (1931). Em Évora a Florbela Espanca (1931). Em Ponta Delgada à Marinha Portuguesa (1935). Em Gáfete a Nunes Pequito (1941), além de várias obras para diversos municípios e museus.

**Principais obras literárias:** Iconografia Tumular Portuguesa; Arte Indígena Portuguesa; Em redor dos Presépios Portugueses; Algumas Obras de Arte Portuguesa; Soares dos Reis-estudo documentado; A Escultura nos Sécs. XVII e XVIII em Portugal; Sumário Histórico das Artes Plásticas em Portugal, etc.

## ANTERO DE FIGUEIREDO

Escritor, nasceu em 1866 na freg. de Lourosa, viveu e faleceu na Foz do Douro em 1953.



De tenra idade foi para Braga sendo confiado aos cuidados de seu tio, Dr. António Lopes de Figueiredo, cônego da Sé, escritor, jornalista e orador. Depois de ter concluído os preparatórios no liceu daquela cidade, matriculou-se na Universidade de Coimbra, a fim de cursar Medicina. Ali conviveu intimamente com os mais brilhantes espíritos da Academia, entre os quais António Nobre, António Fogaca, Alberto de Oliveira e João Penha. Em 1890 era forçado, por motivo de doença, a interromper os estudos.

Depois seguiu para os Estados Unidos, na qualidade de secretário particular do ministro do Brasil em Washington. Foi durante a sua permanência na América que escreveu um pequeno livro: *Tristia*, que mais tarde, prefaciado por João Penha, devia constituir a sua estreia literária.

No seu regresso à Europa matriculou-se em 1893 no Curso Superior de Letras de Lisboa, concluindo dois anos depois a sua formatura, com elevadas classificações. Publicou então o seu segundo livro: *Além*, que foi o inicio de uma carreira literária aureolada de sucesso.

Em 1940, depois de uma demorada estadia em França e na Suíça, publicou *Recordações e Viagens*, obra que lhe abriu as portas do êxito. Foi director, durante alguns meses da Escola de Belas Artes do Porto (1918).

Agostinho de Campos dedicou-lhe um dos volumes da *Antologia Portuguesa*. A sua personalidade literária tem sido motivo de vários estudos, um dos quais do Engenheiro Fernando de Sousa, que apreciou o carácter místico-religioso de alguns dos seus trabalhos. Obras publicadas: *Tristia*, 1893; *Além*, 1895; *Partindo da terra*, 1897; *Palavras de Agnelo*, 1899; *Estrada Nova*, peça em 3 actos, 1900; *Recordações e viagens* 1904; *Os Cómicos*, 1908; *Doida de amor*, 1910; *D. Pedro e D. Inês*, 1913; *A arte na dedicação da mulher, conferência*, 1914; *Leonor Teles*, 1916; *Maria Amália Vaz de Carvalho*, discurso, e *Jornadas em Portugal*, 1918; *Senhora do Amparo*, 1920; *Espanha*, 1923; *D. Sebastião*, 1925; *O Padre Sena Freitas*, conferência; *O último olhar de Jesus*, 1928; *Miradouro*, 1934; *Toledo*, 1936; *Fátima*, 1936; *Amor supremo*, 1940, e *Pessoas de Bem*, 1943. *Fátima* foi traduzido em alemão, espanhol e francês. De *D. Pedro e D. Inês* há também traduções em castelhano e francês. Em 1935 a Academia das Ciências atribuiu-lhe o prémio «Ricardo Malheiros», pela sua obra *Miradouro*.

# A PRAÇA DA FIGUEIRA E O SEU MERCADO

A Praça da Figueira é um local de vastas tradições. Quando o terramoto devastou a cidade; ali, naquele lugar onde ficava o hospital de Todos os Santos, determinou-se, por Decreto de 23 de Novembro de 1755, estabelecer-se um mercado local.

O hospital sofrera um incêndio; o tremor de terra aniquilara-lhe os restos e no terreno desobstruído foi decidido edificar um mercado de frutas e hortaliças com os seus arruamentos e cabanas para as diversas lojas. Sucedia — porém, que no mercado recém construído havia desordem. Os vendedores, os intermediários da produção e os fazendeiros não se entendiam devido à grande diferença de preços de uns para os outros, além disso, instalavam-se dias inteiros no sítio até esgotarem

os objectos dos seus negócios, enchiham o recinto de carros, cestos, vasilhame, tomavam as cabanas, julgavam-se senhores do local, havia abusos, e, de quando em quando, a ordem era alterada.

Para acabar com toda esta confusão foi decidido, que os transportes deviam sair imediatamente do lugar após o descarregamento, os almotacés e os fiscais, eram obrigados a verificar os documentos de apresentação dos vendedores. O intermediário acabara

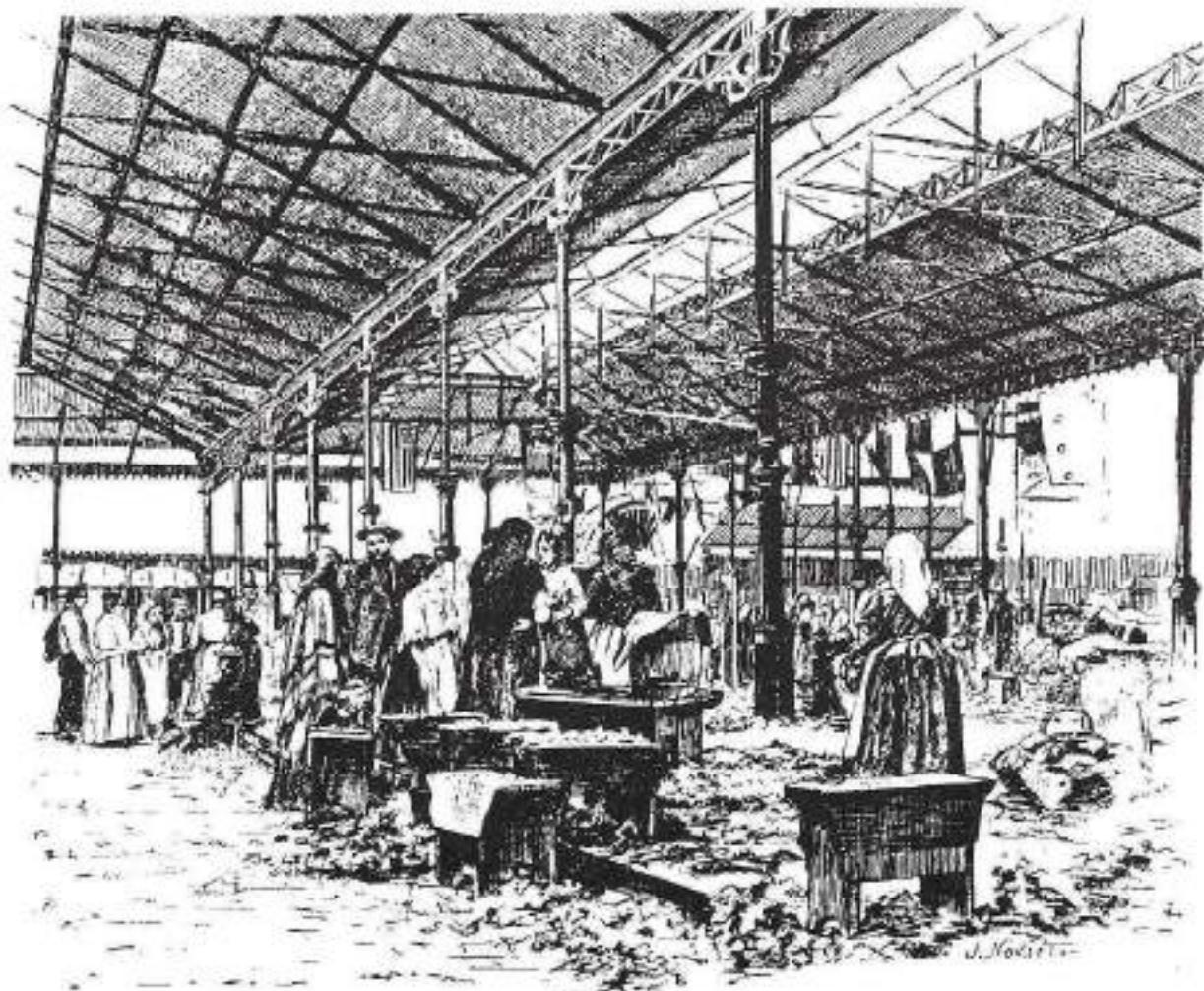
A praça devia estar levantada às duas da tarde. Nas cabanas podiam expor-se frutas, aves, ovos, queijos e hortaliças. Os seus vendedores só podiam negociar num género.

Deste modo não se prejudicavam os vizinhos. Ou vendia aves ou qui-

jos, frutas ou hortaliças. Em todo o caso, mais tarde, não se sabe bem porquê, foi permitido que nas lojas de fruta se pudesse vender carne de porco limpa, vindas de fora, pois eram proibidas as matanças no mercado. Só se permitia a venda de porções de 8 arráteis. Havia, no ano de 1804, 210 lugares na praça.

Em 5 de Junho de 1819, declarou-se «livre trânsito» e cada um podia vender o que quisesse, sendo aberto o mercado para todos os tráficos e negociantes.

Devido à falta de limpeza no local, os cães eram os agentes de limpeza, foi deliberado o perfuramento do centro da praça em busca de água destinada à limpeza do local, toda a população sabia que, outrora, correu ali perto um rio, profundou-se e



Praça da Figueira. O levantar da praça

fez-se um poço que ficou pronto no dia de Natal de 1835.

Vieram, depois, os melhoramentos; as grades, as portas, as defesas. Plantaram-se árvores, pois o mercado não era coberto, e desenvolveu-se o negócio.

«A regata balburdiava — descreve Norberto de Araújo — os fregueses tinham medo das vendedeiras que constituam classe pronta a batalhar entre si mas defendendo-se, mutuamente, contra o público. Os seus peitos constelados de cordões, de medalhas e crucifixos; suas orelhas esticadas ao peso dos brincos, eram o mostruário da riqueza nascida do negócio e do berro. A má língua da vendedeira tornara-se um provérbio».

«A autoridade era deficiente; as desordens sucediam-se. Ali, no centro da cidade, a algarada tornava-se impossível.»

Efectivamente, era necessário corrigir toda aquela desordem, com

uma fiscalização eficaz e bem feita, obrigando os vendedores a respeitar os fregueses.

Funda-se a Companhia dos Mercados, que, no ano de 1875, apresenta uma proposta à Câmara com o fim de melhorar a praça, dando-lhe o aspecto e a polícia própria de um grande mercado.

A Lúcio de Araújo e Manuel Ferreira Lima, da Companhia dos Mercados, foi-lhes cedido, por cem contos e oitocentos mil réis, os direitos de construção e exploração da praça. Receberam oitenta e um contos de contado e o resto em acções e iniciaram-se as obras...

Foi o autor do projecto Manuel Faria Ricardo Correia e em 16 de Maio de 1885 inaugurou-se novo mercado. Constava a praça de um edifício rectangular, em estrutura metálica, ocupava uma área de quase oito mil metros quadrados. Quatro pavilhões cupulados limitavam um primeiro corpo circundante, com

portas principais e secundárias e lojas abertas para o exterior. As fachadas principais dividiam-se em três corpos no interior, de longos telhados corridos com clarabóias. Escusado será dizer que a praça se tornou logo num dos emblemas de Lisboa, pela construção notável para a época e pelo seu carácter de verdadeiro centro da cidade.

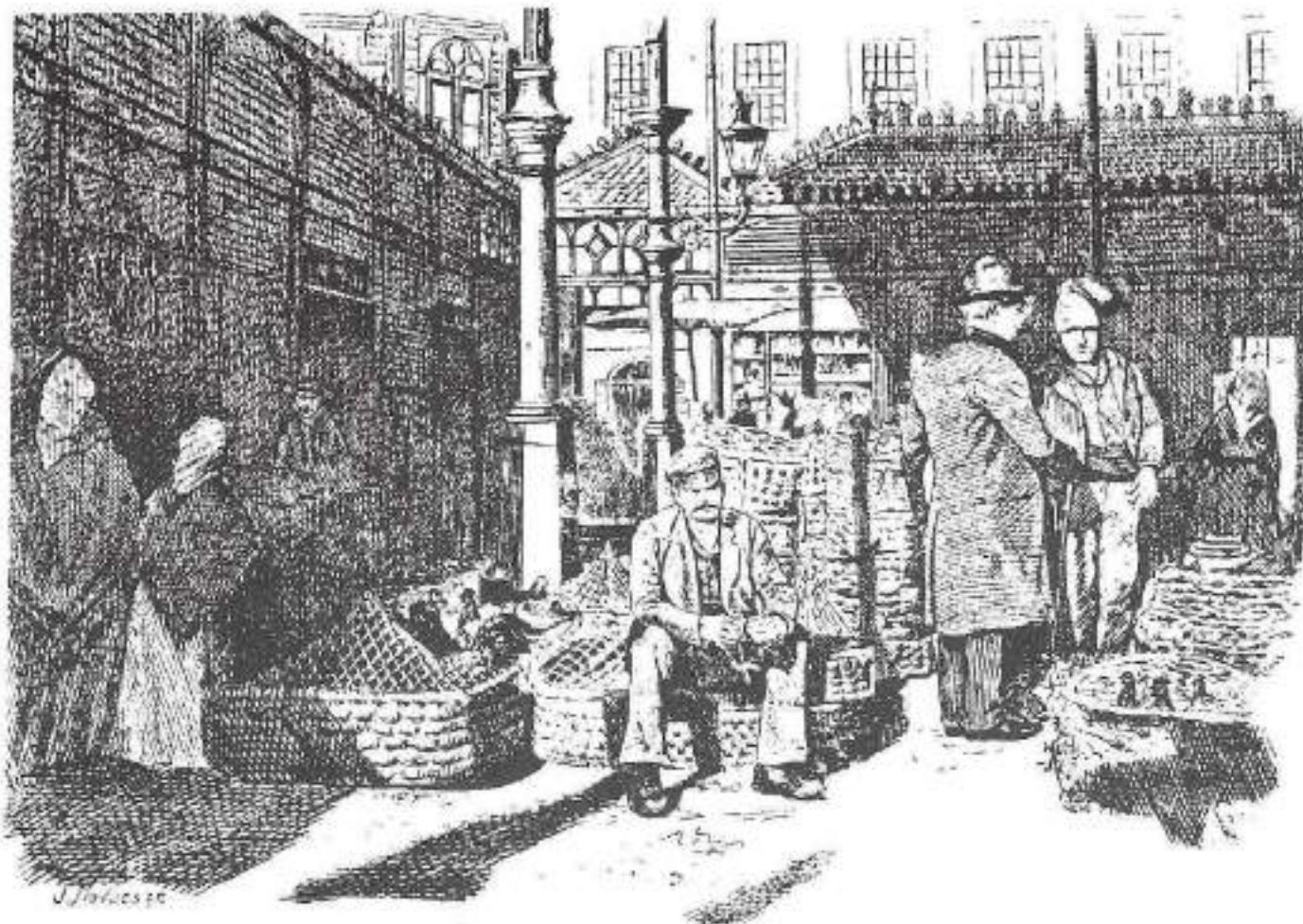
Durante a construção deste edifício, os vendedores fizeram o seu negócios na Praça de D. Pedro IV. As festas realizadas deram que falar com as suas iluminações a gás, e no dia 18 — uma segunda-feira — abriu o mercado ao público, devidamente policiado.

Resigui, num Diário de Notícias de Fevereiro de 1934, a seguinte notícia: «sempre que qualquer edilidade trata de melhoramentos da cidade, logo se afiança a demolição da Praça da Figueira».

«Realmente é do programa do alargamento da área das ruas da Pal-



Vista interior da Praça da Figueira.



Praça da Figueira. Um recanto do mercado

ma e vizinhanças a transferência do mercado célebre».

«Não sabemos para onde serão transferidos os lugares e os negócios. Dizem que o local da famosa praça será destinado à vasão do enorme trânsito».

«Quase não merecia a pena mas, enfim, o mercado reduzido a escombros, beneficiará melhor — ao que se diz — os diversos bairros lisboetas pois se formarão neles núcleos de venda».

«A Praça da Figueira é a tradição e faz falta, tanto ao público, como aos negociantes ali instalados, muitos deles a peso de ouro. Prejudicam-se, do mesmo modo, os estabelecimentos vizinhos».

«É, porém, a fatalidade eterna: os novos suplantarem os velhos. A Lisboa moderna reduzirá a antiga — a Baixa — a um campo de operações comerciais de espécie diferente da actual. Será o mercado financeiro; o empório dos escritórios».

«As vendedeiras de hoje são admiráveis de correção como se vis-



Praça da Figueira. A venda das aves

sem de educação conventual. A maior parte é formada por lindas e delicadas raparigas, entre as quais já se elegera uma rainha, por iniciativa do nosso colega «Diário de Lisboa».

«Durante largo tempo administraram a Companhia dos Mercados o Conde Magalhães, avô do Conde de Santar e de D. António de Melo que até ao fim do contrato administravam superiormente o mercado que, segundo se diz, vai ser demolido».

«Nós ainda não acreditamos».

«Sóscuem os labutadores que ali laboram e as vendedeiras gentis».

O último Santo António, ali todos os anos alegremente festejado, foi o de 1949. A vereação de 1947 tinha assinado o óbito da Praça da Figueira, porque havia grandes planos para o local. De tais planos apenas foi cumprido o da demolição, como tantas vezes. Nos anos seguintes à demolição, os mercados foram sendo instalados em edifícios mais pequenos, no alinhamento das ruas (Chão de Loureiro e Forno do Tijolo).

Só em 1968 se assinou o contrato para a construção da estátua equestre

de D. João I, executada por Leopoldo de Almeida, que só foi inaugurada em 1971. Esteve esta Praça, com chão de terra batida, transformada em parque de estacionamento durante

22 anos aguardando pelos grandes planos...

*Coorden. Dr. Manuel A. Ribeiro Rodrigues.*



# A PRESENÇA PORTUGUESA NO MUNDO

(Arquivo Iconográfico)

Neste espaço publicaremos em cada número do nosso Boletim ilustrações de um monumento, de um edifício, de uma fortaleza, de mapas de cidades ou povoações espalhadas pelo Mundo e a que estão ligados os Portugueses.



Ilha de Moçambique — Miradouro Alm. Sámerio Rodrigues e Fortim de S. Lourenço — Moçambique — 1972



Vila de Manica — Monumento aos Pioneiros de Manica — Moçambique — 1972

# DISCURSO DO SNR. MINISTRO DA REPÚBLICA PARA OS AÇORES NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1993

*Só agora nos foi entregue o discurso do Dr. Mário Pinto pronunciado em Ponta Delgada no dia 1.º de Dezembro do ano passado, em cerimónias promovidas pela nossa Delegação nos Açores.*

*Porque as suas palavras se revestem de inegável interesse e porque no nosso entender não perderam actualidade, aqui as deixamos registadas.*

Minhas Senhoras e meus Senhores

Por iniciativa da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, celebramos, mais uma vez, no 1.º de Dezembro, o dia da independência.

É com muito gosto que me associo a esta tradicional cerimónia, comungando fraternalmente no espírito que lhe preside, e pelo qual me congratulo e felicito a prestigiada associação promotora, e todos os que se lhe associaram.

Tivemos o gosto de ouvir a palavra do ilustre representante da Sociedade Histórica. E, como é praxe, escutámos também uma culta e elegante conferência pelo Senhor Professor José Enes, que nos convida a reflectir sobre o presente, à luz do passado.

Efectivamente, em reuniões como esta, a palavra é o instrumento da celebração, visto que é ela que transporta o espírito que nós pode unir e edificar. E foi com esta intenção afinal que viemos aqui.

E uma vez que também a mim se me atribui o uso da palavra, peço licença para dizer, em voz alta, breves pensamentos sobre o tópico da independência nacional, que hoje nos congrega, numa referência às novas situações do tempo que estamos vivendo e do mundo que vamos construindo.

Quero referir-me ao histórico processo da construção de uma cidadania europeia, num espaço que é supra-estadual-nacional. Processo que, ao mesmo tempo, também desenvolve uma vincada autonomização regional.

Este duplo movimento, poderá haver quem o leia numa perspectiva direccional de sentidos contrários, operando uma tracção relativamente aos estados-nacionais (ou multi-nacionais), que historicamente consti-

tuiram as comunidades principais de coesão e de identidade dos povos.

A nova questão que se levanta é, então, a de uma dialéctica triangular entre região, estado nacional e união europeia.

Não faltam, já, interessantes reflexões sobre esta nova rede de relações políticas e administrativas, que a União Europeia inevitavelmente gera. Mas muito mais importante do que a engenharia institucional político-administrativa dessas relações será a consistência dos laços de identificação e de comunhão que se manifestarem nas comunidades que integrem esse amplíssimo espaço relacional.

A este propósito, poderíamos-nos interrogar acerca de qual seja o cimento fundamental da coesão de cada comunidade. O indicador dela será, sem dúvida, o sentimento de pertença. Mas qual o alimento desta?

Na resposta clássica, serão principalmente os laços de sangue, de língua e de cultura, a comunhão de história, enfim os afectos mútuos.

Mas se há dados que se consideram essenciais, porque radicam na própria natureza da convivialidade humana, também há variáveis que podem sofrer alterações históricas, e que hoje é impossível influenciar conscientemente, através de políticas, por exemplo de políticas culturais, educativas e de comunicação social.

Este aspecto é importante, porque a União Europeia significa uma construção de algo que é novo, como forma institucional de exprimir a comunhão humana, cívica e política num enorme espaço de tradicionais independências nacionais, que se guerrearam durante muitos séculos.

E é precisamente a incógnita que esta novidade traz consigo que leva, uns, a um certo inebriamento idealista, e outros, a sentimentos de certo

modo contrários, de preocupação e até de pessimismo.

Não creio que liminarmente se possa excluir a razoabilidade de qualquer destas duas atitudes, nas diversas graduações e combinações possíveis.

A verdade é que, se, por um lado, o apelo crescente do alargamento da fraternidade humana, a caminho de uma cidadania universal, é algo de essencialmente bom e desejável, não é menos digno de atenção a ideia de que é no espaço da própria proximidade que nós nos podemos exprimir pessoalmente e comunitariamente. Até a universal e divina lei do amor se exprime no concreto amor ao próximo, e não em distantes e genéricas relações, de conteúdos evanescentes e de abstractas formulações.

É por isso que, à luz da nossa experiência histórica, poderemos afirmar que é no seio de cada nação que melhor se garantem concretamente as fraternas solidariedades, desde as mais imediatas, até às inter-regionais.

Ainda à luz dessa experiência histórica, será pelo menos arriscado acreditar que regiões de pátrias diferentes se vão entre si unir harmonicamente e fraternalmente, num espírito desinteressado e solidário. Mais ainda do que o internacionalismo operário, que Marx proclamou por cima das nações, um certo inter-regionalismo (sucedâneo ou transposição de um «internationalismo» de regiões) não oferece nem verossimilhança nem consistência, e sobretudo se ele perversamente se alimentar de uma estratégia suicida de oposição nacional.

Com efeito estão já perante os nossos olhos sinais que podem considerar-se indicadores de um alargamento da querela distributiva, no interior da União Europeia, e no espaço mais amplo que lhe está ligado,

o chamado espaço económico europeu. Com muito maior frieza do que no interior de cada espaço nacional, as regiões de países mais avançados já invejam a especial solidariedade praticada para com regiões periféricas de países menos avançados. Começam a fazer-se contas e a discutir-se estatísticas. As regiões não desenvolvidas do leste, (e até mesmo de países ricos como a Alemanha), como as regiões nórdicas do gelo, também encontram razões para disputar os fundos de solidariedade da União Europeia, que algumas vozes admitem já poderem vir a ser redistribuídos ou de algum modo limitados no futuro próximo.

Se esta ameaça se tornar mais concreta, se no seio do inter-regionalismo se vier a manifestar a competição e a concorrência (não temperada, e muito menos corrigida, por sentimentos de solidariedade que não têm nem raízes históricas nem humanas), faremos então a contraprova de quais são as amarras seguras da solidariedade e da fraternidade entre populações das diversas regiões.

E creio bem que a conclusão será a de que, como já anteriormente tive ocasião de dizer, são os estados membros as unidades estratégicas mais favoráveis e fáceis de negociação e defesa para as pequenas e periféricas regiões da União Europeia.

E é por isso que não fará sentido pensar que a formação de uma identidade regional se consegue e se protege melhor no inter-regionalismo de um espaço multi-nacional, fora ou cima das nações.

Está portanto em aberto a questão de saber se o espaço da União Europeia, por um lado, e o projecto inter-regionalista, por outro lado, conduzem ao enfraquecimento das unidades nacionais. E se a resposta for afirmativa, resta saber em favor de quem.

Ou se, como é possível e deseável, o princípio da subsidiariedade vai funcionar correcta e eficazmente, mas sem que seja instrumentalizado por estratégias de alienação das seculares identidades das comunidades integrantes nem dos laços que as unem.

Num dado espaço político-administrativo soberano, o centralismo é uma tendência contrária ao princípio da subsidiariedade. Porque a subsidiariedade é um princípio genuinamente democrático e personalista, o centralismo contém em si uma tendência antidemocrática e transpersonalista.

O mesmo princípio da subsidiariedade, que faz apelo às autonomias descentralizadas, exige do poder central a solidariedade e a supletividade que constituem as condições de bem estar, de proteção e de sobrevivência que as comunidades menores não podem por si mesmas conseguir.

Deste modo, há uma distinção substancial, e não apenas formal, entre uma comunidade soberana (comunidade perfeita, na terminologia escolástica) e as comunidades menores, e neste sentido incompletas, se bem que fundamentais.

Assim, a autonomia é tão importante como a solidariedade. E ambas

se protegem pela preservação das identidades históricas.

Num processo da construção da União Europeia, as comunidades nacionais e regionais comprometem os seus poderes de auto-governo, mas pelo preço de mais bem-estar, de mais segurança e paz. Neste processo, contudo, não há que arriscar a própria identidade, no seu sentido espiritual e cultural, e essa é a questão.

Os Açores, reserva indiscutível de força comunitária no seio da nação portuguesa independente, não podem deixar de tomar o papel que lhe corresponde e está à altura dos seus pergaminhos.

Penso que os Açores são hoje de novo chamados a contribuir, com o discernimento e a força de ânimo de que sempre deram provas, para a construção, de alcance porventura milenar, dessa União Europeia, num processo que deverá ser clarividente, e salvaguardar os valores essenciais que são a nossa razão colectiva de viver.

Nesta perspectiva, não me parece bastante, nem à altura da história dos Açores, que, uns, digam: uma vez que optámos pela Europa, optámos por Portugal; nem que, outros digam: uma vez que optámos pela Europa, estamos mais defendidos contra Portugal.

Na verdade, não é a Europa que nos une ou nos desune na nossa condição de portugueses. Será antes a nossa alma unida de portugueses que nos identificará e nos salvará na vastíssima e diversa comunidade de povos da União Europeia, a que queremos e temos o direito de pertencer.

Tenho dito.



a verdade e só a verdade



LABORATÓRIO  
ACREDITADO  
CERTIFICADO N.º 919  
EMITIDO PELO  
INSTITUTO PORTUGUÊS  
DA QUALIDADE

Empenhamo-nos qualitativamente em tudo aquilo que fazemos.

Atreditamo-nos que apenas a qualidade nos pode conduzir à perfeição.

Sabemos que apenas a melhor pode contribuir decisivamente para o sucesso daqueles que confiam em nós.

Qualidade é para nós um valor empresarial adquirido. Quando existe qualidade, não existem surpresas desagradáveis mas apenas excelentes resultados.

**EPAC**  
EMPRESA PAPAR-AUTOMATIZADA CERDAS, SA.  
Há Uma Terra Que Nos Une.

# O MUNDO RECONHECE QUE ESTE SÍMBOLO UNE AS NAÇÕES

CTT CORREIOS DE PORTUGAL



Mais de 1.000 Estações.

Mais de 17.000 pontos de venda.

Mais de 98% da população  
com distribuição domiciliária.

Estes são os números, reconhecidos  
pelas Nações Unidas, que dão  
a Portugal uma das mais elevadas  
taxas de cobertura postal do mundo.

Nos Correios, sabemos que  
o elevado nível dos padrões de  
qualidade, regularmente avaliados pelo  
**IPC - International Post Corporation**  
e **UPU - União Postal Universal**,  
resulta de uma estratégia consolidada  
em muitos anos de investimento,  
para melhor servir Portugal.

Inovando e modernizando, tornámos  
cada uma das nossas Estações num  
verdadeiro mundo de serviços.

Colocamos à sua disposição  
uma vasta gama de opções para



o transporte das correspondências  
e encomendas, com a velocidade  
rigorosamente adequada  
às suas necessidades.

Pode optar por **Correio Urgente**,  
**Prioritário**, **Normal** ou **Económico**.

Criámos produtos financeiros  
especialmente destinados a valorizar  
as suas poupanças e desenvolver as  
suas cobranças e pagamentos.

Através das nossas Estações,  
pode adquirir e colecionar os  
produtos filatélicos.

Numa História já com 5 séculos,  
mais do que crescer,  
queremos oferecer um serviço  
de Qualidade. Com uma rede  
e um serviço que não conhecem  
fronteiras, contribuímos diariamente  
para unir as Nações.



CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.  
500 Anos de Modernidade

